AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 39 | Nº 03 | MARÇO 2019 | R$ 15,00

RESULTADO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA EM 2018

MAIS UMA VEZ, A CANA APRESENTA A MAIOR RENTABILIDADE



FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

AUTOCONTROLE SANITÁRIO É UMA SOLUÇÃO POSSÍVEL PARA O BRASIL?

MERCADO INTERNACIONAL AS NOVAS FORMAS DE PROTECIONISMO

COALIZÃO BRASIL A AGENDA AMBIENTAL PARA O AGRONEGÓCIO

Seguros Agro

Toda a proteção que seu agronegócio precisa.



morya.

Oferecemos seguros adequados às necessidades do campo para proteger a sua produção e o seu patrimônio. Sabemos que quem produz tranquilo produz muito melhor e estamos ao seu lado para você obter grandes resultados.

Contrate um seguro com a gente.
Fale com o seu gerente e saiba mais.

Sicredi

sicredi.com.br / SAC - 0800 724 7220 / **Deficientes Auditivos ou de Fala -** 0800 724 0525. **Ouvidoria -** 0800 646 2519.
Esta peça contém informações gerais e indicativas dos produtos intermediados pela Corretora de Seguros Sicredi LTDA; CNPJ 04.026.752/0001-82, registro SUSEP nº 10.0412376.
Verifique à integra das condições gerais, bem como o registro dos respectivos planos junto à SUSEP diretamente no sítio das seguradoras parceiras.

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Liel Miranda (Souza Cruz S/A), Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Carlos Eduardo de Freitas, Cid Heraclito de Queiroz, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A, Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Ricardo Gattass, Rui Barreto, Sergio Lins Andrade

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Marcelo Weyland Barbosa Vieira, Luis Carlos Guedes Pinto, Marcelo Brito, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.agroanalysis.com.br
e nos acompanhe nas redes sociais.

Twitter: @agroanalysis
Instagram: /fgv.agroanalysis
Facebook: /fgv.agroanalysis

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

REALMENTE UMA JABUTICABA

ESTRANHO ESSE nosso País. O governo Jair Bolsonaro enfrenta sérios problemas internos de coordenação e, ao mesmo tempo, consegue entregar à nação uma proposta de reforma da previdência muito razoável. A aprovação dessa proposta é fundamental para o País voltar a caminhar normalmente. A ***Agroanalysis*** vai acompanhar o andamento da discussão e, no momento adequado, trará um guia dos principais pontos dessa nova lei. As chances de aprovação desse projeto são muito grandes. Obviamente, a forma original será alterada, e algumas concessões serão feitas, mas, a julgar pela reação dos principais agentes econômicos, há crença firme na aprovação de uma nova previdência que ajude a fechar o rombo das contas públicas.

Nesse processo, o movimento é de manutenção das taxas de juros atuais, inflação muito comportada e valorização do real. Com a reforma da previdência aprovada, a tendência será o dólar valer menos de R$ 3,50, o que, talvez, não interesse ao governo, em função das exportações industriais. Nesse caso, poder-se-ia imaginar até uma nova queda da Selic: juros menores atraem menos capital, e a oferta de dólares poderia ser menor do que o cenário com a reforma da previdência aprovada e com uma Selic de 6,5%.

Enfim, mais uma vez, é preciso estar muito atento tanto para vender a safra, como para realizar a compra de insumos.

Como aconteceu nos últimos anos, a ***Agroanalysis*** traz um artigo que compara as rentabilidades médias das atividades agropecuárias e de outras opções de investimento de capital em 2018. O dólar apresentou a maior rentabilidade entre as atividades e os indicadores analisados, com valorização de 18,51% no ano. Na sequência, apareceram o Ibovespa (15,03%), o ouro (11,43%), o arrendamento para cana-de-açúcar (7,44%) e a produção de cana (7,11%). Por mais um ano, a cana aparece como a opção mais rentável entre as atividades agropecuárias. Para 2019, a expectativa é de que o câmbio e a demanda chinesa pesem menos sobre os preços no mercado interno. Com isso, os resultados econômicos, sobretudo dos grãos, deverão ser piores em comparação aos apurados em 2018.

A questão do "autocontrole" sanitário, em que os empresários são responsáveis por garantir a segurança dos alimentos que oferecem aos consumidores, é recorrente no debate agrícola brasileiro desde o final da década de 1980. Para os especialistas da área de Defesa Sanitária, há consenso quanto à necessidade de revisão dos sistemas atuais de inspeção. Esse consenso foi reforçado, mais recentemente, devido à operação Carne Fraca. Uma eventual reforma pode trazer a solução para problemas enfrentados pelas indústrias produtoras e exportadoras de alimentos, bem como para o Governo. Mas, a concretização dessa ação exige um aparato institucional adequado, para que não se conduza à implementação de novas barreiras não tarifárias e não se traga desconfiança ao consumidor.

As tarifas representam a forma de barreira mais previsível e conhecida da relação comercial entre as nações. Durante décadas, a Organização Mundial do Comércio (OMC) ocupou-se com o estabelecimento de regras e tarifas para disciplinar o comércio entre os países-membros (atualmente, 164). No entanto, cada vez mais, muitos países têm utilizado outros mecanismos não tarifários para controlar os fluxos de comércio, como, por exemplo, restrição à importação de produtos geneticamente modificados ou impedimento de que a produção de biocombustíveis de primeira

geração seja aceita para o cumprimento de metas de carbono. É preciso enfrentar essa nova face do protecionismo. Uma maneira é exigir que normas e especificações internacionais sejam definidas segundo regras claras e não restritivas.

A entrevistada do mês é a coordenadora executiva da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, Luana Maia. A conversa trata do competente trabalho realizado pelo movimento multissetorial da Coalizão, que lançou, recentemente, o documento "Visão 2030-2050: O Futuro das Florestas e da Agricultura no Brasil". A aprovação do Código Florestal em 2012, depois de anos de acalorados debates, aproximou o agro da pauta ambiental. Trata-se de um tema sensível para um país que possui posição de liderança na produção e na exportação de diversos produtos.

No Caderno Especial do mês, a Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais (ASBRAM) celebra, pela nona vez, parceria com a ***Agroanalysis***. Uma das principais colunas de sustentação da entidade está na aplicação da inteligência de mercado para expandir e profissionalizar o negócio de suplementação por meio de tecnologia e inovação. Com empresas bem estruturadas do ponto de vista financeiro, o setor possui musculatura para enfrentar os períodos de dificuldade do mercado. O esforço para superação dos obstáculos serve de lição. São mais de 10 mil profissionais espalhados no campo para a disseminação das boas práticas junto aos pecuaristas. *Players* nacionais e internacionais desenvolvem esse trabalho. ■

LEIA A *AGROANALYSIS* NA INTERNET E NOS ACOMPANHE NAS REDES SOCIAIS.

TWITTER: @AGROANALYSIS
INSTAGRAM: /FGV.AGROANALYSIS
FACEBOOK: /FGV.AGROANALYSIS
WWW.AGROANALYSIS.COM.BR



04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 CAPA ENTREVISTA
LUANA MAIA
AGENDA AMBIENTAL PARA A AGROPECUÁRIA E A SILVICULTURA

11 FRASES & COMENTÁRIOS

13 MACROECONOMIA
DESEMPENHO ABAIXO DO ESPERADO

15 AGRODROPS

20 MERCADO & NEGÓCIOS

20 CAPA MERCADO INTERNACIONAL
A NOVA FACE DO PROTECIONISMO

24 CAPA RENTABILIDADE DO AGRO
RESULTADO DE 2018 E EXPECTATIVAS PARA 2019

27 PECUÁRIA LEITEIRA
BOA EXPECTATIVA PARA 2019

30 POLÍTICA AGRÍCOLA

30 CAPA SISTEMA DE DEFESA SANITÁRIA
DÚVIDAS E INCERTEZAS QUANTO AO MODELO DE AUTOCONTROLE

32 SEGURO RURAL
PRIORIDADE NO PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2019/2020

CONTEÚDO ESPECIAL

35 ASBRAM
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

40 ABISOLO
VIII ABISOLO FÓRUM E EXPOSIÇÃO

42 AGROCERES MULTIMIX
PASTO NA SECA É SEMPRE IGUAL?

44 FAESP
LIBERALISMO GRADUAL E RESPONSÁVEL

45 ANDEF
MANEJO DOS MODOS DE AÇÃO: CHAVE PARA O SUCESSO

46 COLUNAS

46 DIÁRIO DE BORDO
ÍNDICES POSITIVOS

47 PRODUZIR
O AGRONEGÓCIO E A CRISE NOS ESTADOS

48 OPINIÃO
PORTAS ABERTAS PARA OS INVESTIMENTOS

49 REFLEXÃO
MODELO SUSTENTÁVEL PARA A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

50 ESTATÍSTICA

AGENDA AMBIENTAL PARA A AGROPECUÁRIA E A SILVICULTURA

LUANA MAIA
COORDENADORA EXECUTIVA DA COALIZÃO BRASIL CLIMA, FLORESTAS E AGRICULTURA
DA REDAÇÃO

A APROVAÇÃO do Código Florestal em 2012, depois de anos de acalorados debates, aproximou o agro da pauta ambiental. Trata-se de um tema sensível para um país que possui posição de liderança nas exportações de diversas cadeias produtivas do setor. A entrevistada esteve presente na 24ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-24/UNFCCC, nas siglas em inglês), realizada na cidade de Katowice, na Polônia. Aqui, a conversa trata do competente trabalho realizado pelo movimento multissetorial da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, que lançou, recentemente, o documento "Visão 2030-2050: O Futuro das Florestas e da Agricultura no Brasil".



DIVULGAÇÃO

AGROANALYSIS: DO QUE TRATA O DOCUMENTO "VISÃO 2030-2050: O FUTURO DAS FLORESTAS E DA AGRICULTURA NO BRASIL"?

LUANA MAIA: O documento é resultado da articulação de mais de duzentas pessoas de 150 organizações, que, por meio da Coalizão Brasil, se reuniram para debater o futuro das florestas e da agricultura no País. Foram cerca de trinta reuniões ao longo de 2018, com representantes do agronegócio, de entidades de defesa do meio ambiente, do setor financeiro e da Academia, que, juntos, identificaram objetivos em comum e desenharam o cenário sonhado por eles para 2030 e 2050.

Boa parte do futuro projetado pela Coalizão Brasil está embasada em mecanismos ou iniciativas já testadas ou em andamento. Temos, agora, de agir

para efetivar o que ainda são projetos, fazendo com que essas experiências se tornem práticas predominantes. Este é o próximo passo do movimento: criar um plano de ação para tornar o nosso sonho uma realidade.

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA COM CONSERVAÇÃO AMBIENTAL É UMA DEMANDA DO SÉCULO XXI?

LM: Sim. Harmonizar conservação e produção é vital para combater as mudanças climáticas, principalmente no Brasil. Hoje, a agropecuária é uma das principais fontes de emissão de gases do efeito estufa (GEE) no País. Em 2016, a quantidade alcançou 499 milhões de toneladas equivalentes de CO_2. Isso corresponde a 22% das emissões nacionais.

No entanto, por meio de um uso mais sustentável da terra, o setor pode se tornar parte importante da solução, de modo a contribuir não apenas para reduzir as emissões, mas também para capturar carbono da atmosfera.

Além de ter um grande potencial para ser parte da solução, a agropecuária tem a seu favor outro elemento: existem cerca de 178 milhões de hectares de pastagens com grande proporção de áreas degradadas ou longe de seu potencial produtivo. A agropecuária precisa ser intensificada nessas áreas, viabilizando o aumento da produtividade do setor sem a demanda por novas áreas de floresta. Esse é o modelo em que a Coalizão Brasil acredita!

NESSE CENÁRIO, QUAL É O PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR?

LM: O empreendimento familiar possui um papel central no setor, sendo responsável pela produção de alimentos de boa parte da população, pela adoção de sistemas diversificados e por promover a inclusão social. A maior parte (84%) dos estabelecimentos rurais pertence a grupos familiares, constituindo a base econômica de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes.

Os principais desafios para que a agricultura familiar esteja alinhada aos princípios da agricultura de baixo carbono são: assistência técnica e extensão rural; difusão de tecnologia; pesquisa; logística de distribuição e acesso; e infraestrutura social.

A APLICAÇÃO DO CÓDIGO FLORESTAL (CF) PREVÊ A APLICAÇÃO DE INSTRUMENTOS INTERESSANTES?

LM: Sem dúvida, o CF é muito importante para isso. Desde a sua aprovação, em 2012, houve vários avanços na sua implementação, mas ainda se esbarra em alguns obstáculos. Na etapa inicial, o processo transcorreu rápido, com a inscrição de quase 100% das propriedades rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Esse sistema representa uma das principais bases de dados sobre propriedades privadas no mundo.

No entanto, precisamos avançar para as etapas seguintes, que consistem na validação dos cadastros pelos estados e na elaboração dos planos de

> “A AGROPECUÁRIA PRECISA SER INTENSIFICADA NESSAS ÁREAS, VIABILIZANDO O AUMENTO DA PRODUTIVIDADE DO SETOR SEM A DEMANDA POR NOVAS ÁREAS DE FLORESTA.”

regularização. Além disso, instrumentos previstos na legislação, como o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e a Cota de Reserva Ambiental (CRA) também precisam sair do papel, pois têm muito a contribuir como incentivos à preservação e uma forma de remunerar proprietários pela conservação da floresta.

É POSSÍVEL PRODUZIR MAIS E MELHOR POR MEIO DA AGROPECUÁRIA E DA SILVICULTURA?

LM: O Brasil tem um enorme patrimônio ambiental, e o passado recente do País demonstra que unir agropecuária e conservação ambiental é possível. Entre 2004 e 2012, o País conseguiu reduzir drasticamente as suas taxas de desmatamento ao mesmo tempo em que aumentou a sua produção agrícola.

Para que isso aconteça, o uso sustentável da terra precisa ser compreendido como uma agenda de Estado, ou seja, perene e de longo prazo. Isso implica a implementação de políticas públicas e instrumentos econômicos com atuação integrada e alinhados às áreas de clima, florestas e agricultura. A integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) é um exemplo.

COMO CRIAR VALOR E BENEFÍCIOS A PARTIR DE FLORESTAS NATIVAS?

LM: Segundo dados de 2018 do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), o setor florestal nacional é responsável por 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) e por 7,3% das exportações totais do País, com a geração de 7 milhões de empregos. Quando se amplia essa avaliação para o setor de restauração e reflorestamento, há o potencial de consolidação de uma indústria de produção e recuperação florestal moderna, com a criação de até 215 mil empregos e a arrecadação de R$ 6,5 bilhões em impostos, com investimentos anuais de até R$ 3,7 bilhões até 2030 e a remoção de até 3,22 $GtCO_2$.

Porém, para viabilizar o plantio de florestas nativas em larga escala, é preciso uma previsão de exploração sustentável de madeira e produtos não madeireiros. Para isso, precisamos assegurar demanda para os produtos, regulamentações factíveis, sem insegurança jurídica aos produtores. A estruturação da oferta passa por soluções logísticas, de forma a reduzir o custo dessas cadeias e o aumento da escala na produção familiar. É importante destacar, também, o incentivo fiscal ao plantio de florestas para usos madeireiro e não madeireiro, em especial para as nativas.

> “O BRASIL TEM UM ENORME PATRIMÔNIO AMBIENTAL, E O PASSADO RECENTE DO PAÍS DEMONSTRA QUE UNIR AGROPECUÁRIA E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL É POSSÍVEL.”

ACABAR COM O DESMATAMENTO PODE SER FACTÍVEL?

LM: A maior parte do desmatamento no Brasil ainda é resultado de atividades ilegais. Essa realidade deveria ser inaceitável para o Governo e a sociedade brasileira. Devemos adotar uma postura de tolerância zero em relação ao problema desde já. Precisamos pôr em prática políticas e estratégias que permitam combater a ilegalidade.

Por outro lado, é necessário, também, criar incentivos para estimular produtores a manterem preservadas as áreas de florestas em suas propriedades

privadas. Essas medidas envolvem, por exemplo, compensar proprietários de terras que renunciarem de forma voluntária ao seu direito legal de desmatar. Nesse sentido, mecanismos econômicos de compensação precisam ser criados, aprimorados e implementados via políticas públicas abrangentes, nacionais e subnacionais.

DEVEMOS SEGUIR NA LINHA DO ACORDO DE PARIS, FIRMADO EM 2015?

LM: De fato, o País precisa garantir o cumprimento dos seus compromissos internacionais, como o do Acordo de Paris. Somos o sétimo maior emissor de GEE do mundo. Precisamos mostrar a nossa capacidade de promover um desenvolvimento sem comprometer as seguranças climática e alimentar do Planeta. Esse é o compromisso do Brasil com a humanidade neste século XXI.

O uso da terra deve estar no centro dos debates sobre desenvolvimento nacional. Para isso, precisamos ter clareza sobre aonde queremos chegar. Sonhamos estar, em 2050, em um Brasil que seja capaz de produzir mais e melhor, criar valor a partir das florestas, acabar com o desmatamento, viabilizar políticas públicas de Estado e construir instrumentos econômicos alinhados e integrados.

É vocação do Brasil produzir, conservar e, com isso, gerar prosperidade econômica, ambiental e social para a sua população. ■

> “O USO DA TERRA DEVE ESTAR NO CENTRO DOS DEBATES SOBRE DESENVOLVIMENTO NACIONAL.”



KEINY ANDRADE / FOLHAPRESS

FRASES & COMENTÁRIOS


MARCOFLAVIO.COM

Precisamos estar atentos às demandas de um mercado consumidor cada vez mais exigente quanto a questões de qualidade e à forma como os alimentos são produzidos.”

“A defesa sanitária deve trabalhar com foco na saúde animal e na biosseguridade nas granjas, com políticas públicas para erradicar a peste suína clássica (PSC) e ampliar a vigilância contra a peste suína africana (PSA).”

“Trabalhamos para que os novos frigoríficos atendam os requisitos de qualidade tanto no mercado interno, quanto no externo, seja em planta pequena, média ou grande.”

MARCELO LOPES, presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS)

“Os bons resultados nas exportações de carne bovina são frutos de um trabalho de melhoria em todas as etapas do processo produtivo. Com isso, cumprimos as mais exigentes regras internacionais com um produto de qualidade e competitivo.”

ANTÔNIO JORGE CAMARDELLI, presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC)

“Com a redução da dosagem na vacinação contra a aftosa, os frascos menores ocuparão menos espaço, facilitarão o transporte e reduzirão o custo de refrigeração. Além disso, serão menores as reações nos animais.”

DIEGO VIALI DOS SANTOS, chefe da Divisão de Febre Aftosa e Outras Doenças Vesiculares do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DIFA/MAPA)

“Vemos com muita preocupação a decisão do governo de acabar com a cobrança de uma sobretaxa, chamada *antidumping*, na importação de leite em pó da União Europeia, onde a atividade é muito subsidiada.”

PEDRO ALVIM, presidente da Comissão Nacional da Pecuária de Leite da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

"No ano passado, mesmo com uma safra boa, muitos produtores comercializaram o grão abaixo do custo de produção e não obtiveram lucro."

"Precisamos discutir políticas no tempo e na medida certos para ajustar e dar ao cafeicultor a rentabilidade necessária por um ano de trabalho."

BRENO MESQUITA, presidente da Comissão Nacional do Café da CNA

"A decisão do governo federal de retirar a tarifa *antidumping* à importação de leite da União Europeia e da Nova Zelândia coloca sob ameaça a cadeia produtiva nacional. Cerca de 51% da produção é realizada em propriedades com menos de 50 hectares."

JOSÉ ZEFERINO PEDROZO, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC)



MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

"Para a abertura de novos mercados, queremos estar próximos dos adidos agrícolas, para entregar as demandas recebidas do setor privado."

"Implantaremos o sistema de autocontrole na inspeção dos frigoríficos. Cada um terá responsabilidade sobre suas decisões e atos. Cobraremos a responsabilidade quanto à qualidade e à segurança alimentares exigidas pela sociedade."

"Na Amazônia, cabe um tratamento completamente especial. As tribos de pouco contato com o mundo exterior devem ser protegidas."

"Discutimos mudanças para aumentar o valor e reduzir o prêmio do seguro rural, de modo a torná-lo mais amplo e democrático."

"O Plano Agrícola e Pecuário (PAP) da safra 2019/20 será modernizado, com recursos de diversas fontes. Pretendemos atender pelo menos os pequenos e os médios produtores."

"Alteramos e unificamos os temas de interesse para darmos maior funcionalidade às Câmara Setoriais do MAPA."

TEREZA CRISTINA, ministra do MAPA

DESEMPENHO ABAIXO DO ESPERADO

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

A ATIVIDADE econômica brasileira continuou em ritmo lento no primeiro bimestre de 2019, representando uma extensão do quadro verificado no final do ano passado.

De fato, o desempenho do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) registrou alta sazonalmente ajustada de 0,21% em dezembro em relação ao mês anterior. Esse resultado detonou uma rodada de revisões de projeções para baixo para o crescimento do ano passado. Até pouco tempo atrás, as projeções para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2018 situavam-se em torno de 1,5%. Após o resultado divulgado pelo Banco Central (BCB), que antecipa em certo sentido o resultado do PIB, as projeções caíram para o patamar de 1,1%.

Sob essa perspectiva, o desempenho da economia brasileira nos últimos anos segue desapontando recorrentemente. A cada ano, as projeções apontam para um otimismo em relação ao desempenho do ano anterior. No entanto, à medida que o ano avança, essas projeções são sistematicamente revistas para baixo ante o desempenho da atividade econômica brasileira inferior ao projetado inicialmente.

As projeções para o crescimento econômico de 2019 apontam para o patamar de 2,5%. Caso isso seja verificado, representará o melhor resultado no ano e praticamente o dobro do crescimento registrado em 2018.

No entanto, a atividade econômica do primeiro bimestre do ano continuou em ritmo lento. A atividade industrial desapontou no último trimestre do ano passado e prosseguiu num ritmo relativamente lento nos primeiros meses do ano. Esse resultado ainda é reflexo de uma demanda doméstica relativamente moderada das famílias ante o seu elevado grau relativo de endividamento. Apesar dos ajustes em curso em termos de redução do tamanho da dívida, o serviço desta ainda compromete parte expressiva da renda das famílias, levando-as a um ajuste em termos de consumo.

Outro fator que tem pesado sobre a atividade econômica brasileira no começo do ano está relacionado à desaceleração do crescimento econômico global. Nesse sentido, EUA e Europa devem crescer menos neste ano em relação a 2018. Ao mesmo tempo, a economia chinesa vem registrando desaceleração no seu ritmo de crescimento econômico, e o governo está focado em criar condições para que o crescimento se situe no patamar de 6% em 2019. O efeito direto da desaceleração do crescimento econômico global se faz sentir nas exportações brasileiras (particularmente as manufaturas).

A combinação desses elementos sugere que o crescimento econômico brasileiro deverá ser mais moderado neste ano do que o suposto inicialmente. Dados o desempenho abaixo do esperado no último trimestre de 2018 e a atividade econômica fraca no primeiro bimestre do ano, as projeções de crescimento para este ano já começaram a ser revistas para baixo, situando-se em um patamar próximo a 2,0%.

É pouco provável que algum fator venha a alterar esse quadro dramaticamente nos próximos meses.

O BCB já trouxe a taxa de juros ao menor patamar verificado desde o lançamento do real (em 1994), e parece haver pouco espaço para novos estímulos monetários. Do lado fiscal, o processo de ajuste das contas públicas, fatalmente, implica menos estímulos à demanda agregada pelo governo. A desaceleração econômica global também não trará novos impulsos à economia brasileira pelo setor externo. Em síntese, tudo indica que a economia brasileira continuará a apresentar um ritmo moderado em 2019.

O único fator que pode trazer algum alívio e otimismo poderá vir do lado das reformas. Uma eventual aprovação da reforma da previdência, certamente, melhorará a percepção da economia, influenciando positivamente as expectativas. Nesse quadro, poderá ocorrer algum aumento dos investimentos produtivos, o que, potencialmente, gerará estímulos adicionais ao crescimento econômico brasileiro. Esse evento, no entanto, depende do encaminhamento dos trabalhos no Congresso Nacional, não restando outra alternativa senão aguardar. ■



SHUTTERSTOCK

AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS
PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

CONTROLE DA FERRUGEM ASIÁTICA DA SOJA

As recomendações técnicas das instituições de pesquisa são de antecipação do plantio, redução da janela de semeadura ao máximo possível e cumprimento estrito do vazio sanitário (período obrigatório de ausência total de plantas vivas de soja). Em Mato Grosso, o vazio vai de 15 de junho a 15 de setembro. A Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja) reivindica a liberação de uma segunda janela de plantio de 1º a 15 de fevereiro e a retirada da obrigação de colheita até 5 de maio no estado.

Detectada na safra 2000/01, no Paraná, a doença, considerada uma das mais graves da lavoura, esparramou-se pelo País. Não há perspectiva de lançamento de nenhum produto com um novo mecanismo ou modo de ação contra a ferrugem, o que seria fundamental para o manejo da resistência. Alterações normativas que coloquem em risco a sojicultura devem ser tratadas com cautela e rigor científico para avaliar os impactos no longo prazo. O Brasil possui recursos humanos capacitados para fazer essa governança.

REDUÇÃO DA VACINA CONTRA A FEBRE AFTOSA

A mudança da dose está prevista no Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA) e culminará com a retirada total da vacinação no País, prevista para até 2021. Na primeira etapa de vacinação de bovinos e bubalinos, a partir de maio, a dose da vacina contra a febre aftosa será reduzida de 5 mL para 2 mL. Na maior parte do País, o rebanho todo será imunizado, com exceção do Acre, do Espírito Santo e do Paraná, em que a dose será aplicada apenas em animais jovens (de até 24 meses de idade). O estado do Amapá, devido às suas condições peculiares, realiza a vacinação anualmente somente no segundo semestre.

RENOVAÇÃO DO CONVÊNIO 100

A prorrogação do prazo de validade do Convênio ICMS nº 100/97, que reduz a base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 60% nas saídas dos insumos agropecuários, faz parte das negociações políticas em curso. O Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), presidido pelo ministro da Fazenda e composto por secretários da Fazenda das Unidades da Federação (UFs), deve tomar a decisão até 30 de abril próximo. Em vigor desde 1997, a medida considera os insumos agropecuários essenciais para a ampliação da oferta e do acesso aos alimentos consumidos pelos brasileiros.

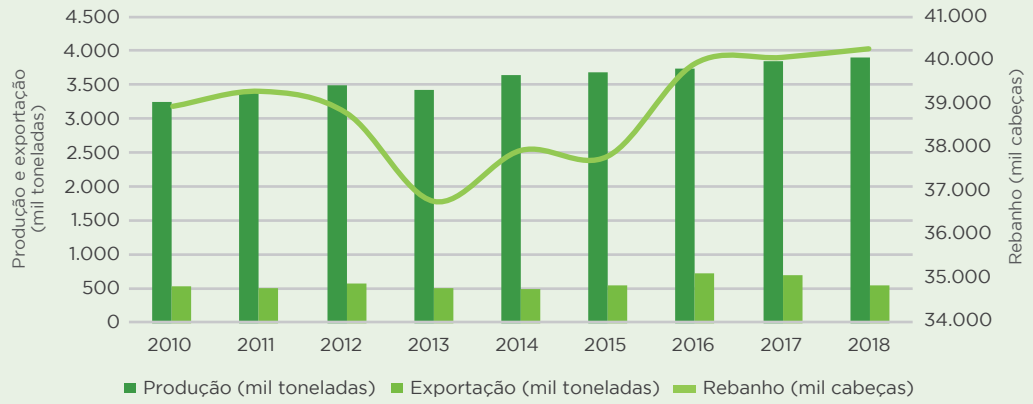
OPERAÇÃO RADAR

As pastas ministeriais de Infraestrutura, Agricultura, Justiça e Defesa anunciaram uma ação integrada para permitir a chegada da produção aos portos. A prioridade é a BR-163, principal corredor de escoamento de grãos do Centro-Oeste aos portos do Arco Norte do País. Faz parte dessa estratégia a publicação de uma nova tabela até meados de abril, de acordo com a Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas (Lei nº 13.703/18), criada após a greve dos caminhoneiros. A metodologia de cálculo deverá refletir os custos operacionais totais do transporte, definidos e divulgados nos termos da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

PERSPECTIVAS BOAS PARA A SUINOCULTURA

Os surtos de peste africana na China e no Leste Europeu, somados à disputa comercial entre Estados Unidos e China, despertam atenção no setor suinícola. As importações chinesas devem aumentar para atender a demanda doméstica, enquanto os registros da doença na Holanda e na Bélgica merecem acompanhamentos mais rigorosos. Os Estados Unidos e a União Europeia devem ser grandes fornecedores. Para o Brasil, há, também, uma perspectiva favorável com a reabertura do mercado russo para as exportações nacionais, suspensas desde dezembro de 2017.

BRASIL: REBANHO SUÍNO, PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO



Fonte: IBGE; ABPA; SECEX

INSEGURANÇA JURÍDICA

A greve dos caminhoneiros de maio do ano passado trouxe uma sequela para o planejamento desta safra (2019/20) e da próxima safra (2020/21). Primeiramente, porque provocou um abrupto aumento no custo do frete fora das previsões dos produtores. Já as entregas de insumos, apesar de serem cumpridas, foram feitas com atraso, enquanto as vendas antecipadas de soja ficaram abaixo da média de anos anteriores. A valorização da taxa de câmbio foi mais forte no período de custeio do que na fase de comercialização. Felizmente, as compras chinesas recordes proporcionaram boas margens positivas. Mas, a indefinição do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o preço mínimo dos fretes rodoviários representa um pesadelo para o setor produtivo.

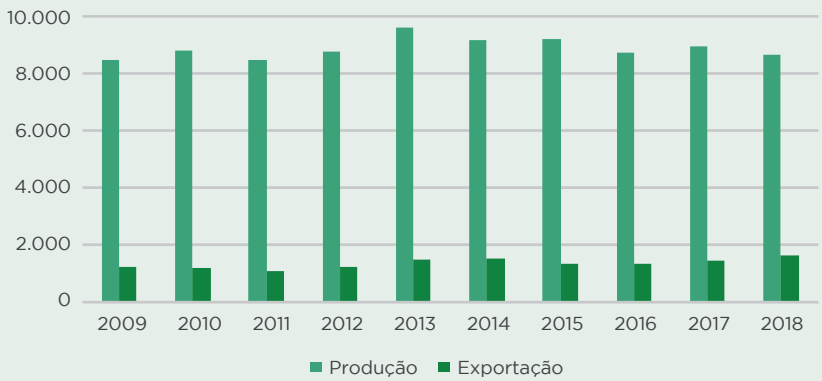
DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

O novo governo transferiu da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a função de demarcação das terras indígenas no País. Isso significa uma mudança na rotina dos procedimentos. Cerca de 350 etnias indígenas vivem no País. E existem 436 áreas regularizadas num território ocupado de 105,5 milhões de hectares, além de 130 áreas em processo de demarcação numa área de 11,3 milhões de hectares. Pela Constituição, a União deve garantir as condições fundamentais para as sobrevivências física e cultural dos povos indígenas.

EXPORTAÇÕES RECORDES NA CARNE BOVINA

Segundo dados da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC), as exportações de carne bovina fecharam 2018 com o maior volume já exportado pelo Brasil. Esse resultado recorde consolida a posição do País como o principal exportador mundial do produto. Os números mostram um crescimento de 31,75% em quantidade e 25,86% em faturamento ante o mesmo período de 2017. Hong Kong e China representam mais de 40% do destino das exportações nacionais. Com a boa notícia, há expectativa de abertura do mercado dos Estados Unidos para este ano.

BRASIL: PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA
(MIL TONELADAS)



Fonte: IBGE; Conab; SECEX

CAEM BARREIRAS NAS IMPORTAÇÕES DE LEITE EM PÓ

O novo governo retirou as tarifas *antidumping* que incidiam sobre as importações de leite em pó da União Europeia (14,8%) e da Nova Zelândia (3,9%) há dezoito anos. Naquela época, o Brasil não era autossuficiente na produção. Permanece ainda a Tarifa Externa Comum (TEC), de 28%, cobrada de países de fora do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Com 250 mil toneladas de leite em pó, existe o risco de a União desovar esse produto no mercado doméstico. O setor reivindica um aumento na taxa de importação dos lácteos de 28% para 42%.

BRASIL: PRODUÇÃO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E DISPONIBILIDADE DE LEITE

ITEM	2000	2010	2017
Produção (bilhões de litros)	19,77	30,72	33,50
Importação (mil toneladas)	307,57	113,12	166,30
Exportação (mil toneladas)	9,21	58,24	39,60
Disponibilidade (litros/habitante/ano)	116	161	160

Fonte: MDIC; IBGE (2017)

DESEMPENHO POSITIVO NAS ENTREGAS DE MÁQUINAS

No segundo semestre de 2018, os produtores rurais anteciparam as aquisições de máquinas em face da preocupação com a escassez de crédito para investimento na linha do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota). Para este primeiro semestre, as empresas montadoras preparam-se para a temporada de feiras agropecuárias realizadas em diversos polos agropecuários. Para a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), em comparação a 2018, as projeções de vendas das máquinas para 2019 são de crescimento, tanto na comercialização interna, de 47,8 mil para 53,0 mil unidades, como na exportação, de 12,7 mil para 13,0 mil unidades.

BRASIL: PRODUÇÃO DE TRATORES, COLHEITADEIRAS E RETROESCAVADEIRAS
(NÚMERO DE UNIDADES)

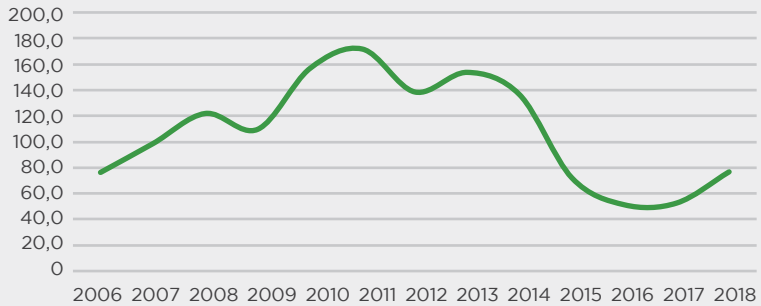
ANO	Trator		Colheitadeira		Retroescavadeira	Total
	Roda	Esteira	Grãos	Cana		
2013	77.597	2.337	10.106	1.460	8.950	100.450
2014	64.793	2.765	7.623	1.025	5.581	81.787
2015	44.349	1.413	3.889	676	4.449	54.776
2016	43.442	1.152	4.889	870	2.876	53.229
2017	41.093	2.107	5.513	1.039	3.291	53.043
2018	49.883	4.057	6.552	982	4.200	65.674

Fonte: ANFAVEA

RETOMADA NA VENDA DE CAMINHÕES

As vendas de caminhões chegaram ao fundo do poço em 2015 e 2016, quando se leva em conta as estatísticas a partir de 2006. Para este ano, a expectativa é de continuidade na retomada da comercialização verificada em 2018. Dois pontos pesam a favor: a necessidade de renovações da frota em estágio avançado de sucateamento e a necessidade de transportar as grandes safras de grãos registradas pelo País. O rumo a ser dado para o preço mínimo do frete rodoviário em julgamento no STF poderá influenciar os empresários a reforçarem ou não sua frota própria.

BRASIL: VENDA DE CAMINHÕES
(MIL UNIDADES)



Fonte: Fenabrave

MUDANÇAS NA PECUÁRIA DE LEITE NACIONAL

Entre os Censos de 2006 e 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve mudanças na pecuária de leite nacional: reduziu o número de propriedades produtoras, mas aumentaram o rebanho e a produção nacionais, a produção por produtor e a produtividade das vacas. Com a coleta a granel de leite, tanques de resfriamento foram instalados nas fazendas. Nos sistemas de pagamento, as indústrias passaram a bonificar as entregas dos produtores pela quantidade de volume. As exigências sanitárias quanto à qualidade do produto também ficaram mais rigorosas. Essas variáveis contribuíam para aumentar a escala de produção nas propriedades.

BRASIL: PECUÁRIA DE LEITE

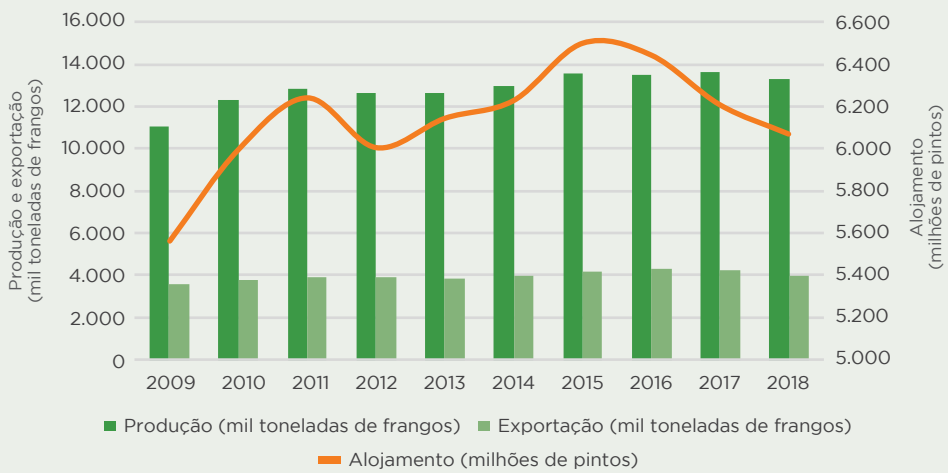
ITEM	2006	2017	VAR. % 2017/2006
Propriedades rurais (milhões)	1,35	1,17	-13,3
Produção anual (bilhões de litros)	20,6	30,1	46,1
Produção por produtor (quilos/dia)	42	70	66,7
Rebanho (milhões de cabeças)	12,7	12,0	-5,5
Produção anual por vaca (mil litros)	1,6	2,5	56,2

Fonte: Censos/IBGE

EMBARGO EUROPEU PREJUDICA EXPORTAÇÃO DE FRANGO

Em 17 de março de 2017, a Polícia Federal anunciou a operação Carne Fraca, com a revelação de fraudes no sistema de controle de qualidade brasileiro. Em 19 de abril, o Sistema Especializado de Controle de Mercado (Traces), da União Europeia, suspendeu a importação de carne de frango de plantas brasileiras. O bloco importa, por ano, entre 300 mil e 400 mil toneladas de carne de frango. No entanto, o segundo semestre de 2018 registrou a melhor média mensal de embarques dos últimos três anos. O crescimento crescimento foi de 13,4% em relação ao primeiro semestre de 2017.

BRASIL: ALOJAMENTO DE PINTOS E PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE FRANGOS



Fonte: ABPA

MERCADO INTERNACIONAL

A NOVA FACE DO PROTECIONISMO

PLINIO M. NASTARI

Presidente da DATAGRO e representante da sociedade civil no Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)

TARIFAS REPRESENTAM a face mais previsível e conhecida da relação comercial entre as nações. O primeiro acordo geral de comércio deu-se com a criação do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês), firmado após a II Guerra Mundial e que consolidou uma série de acordos de comércio internacional destinados a promover a redução de obstáculos às trocas entre nações. Foi assinado por 23 Estados em Genebra, em 30 de outubro de 1947, com vigência a partir de 1º de janeiro de 1948. O GATT estabeleceu um conjunto de normas e concessões tarifárias e teve como objetivo impulsionar a liberalização multilateral do comércio por meio da harmonização das políticas aduaneiras dos países signatários.

Um dos maiores avanços promovidos pelo GATT deu-se durante a Rodada Uruguai, iniciada em setembro de 1986, com base no encontro ministerial



de Genebra do GATT de 1982. Tal Rodada foi lançada numa reunião em Punta del Este, no Uruguai, seguida por negociações em Montreal, Genebra, Bruxelas, Washington e Tóquio, e se estendeu até abril de 1994.

O GATT foi a base para a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), que surgiu oficialmente em 1º de janeiro de 1995, com o Acordo de Marrakech, e foi criada com o objetivo de supervisionar e liberalizar o comércio internacional. Composta atualmente por 164 Estados-membros, promove e regulamenta o comércio internacional e acordos de áreas de livre-comércio e busca resolver disputas em relação a tarifas e imposições alfandegárias. Os seus princípios básicos são: a não discriminação, a previsibilidade, a concorrência leal, a proibição de restrições quantitativas e o tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento. Desde setembro de 2013, a Organização tem como o seu diretor-geral o embaixador Roberto Carvalho de Azevêdo.

Durante décadas, o GATT e a OMC estiveram ocupados com o estabelecimento de regras e tarifas para nortear e disciplinar o comércio entre seus membros. No entanto, fica cada vez mais evidente que, recentemente, muitos países têm utilizado outros mecanismos e chicanas não tarifárias para controlar os fluxos de comércio. Algumas dessas medidas têm sido relacionadas, por exemplo, a restrições contra a importação de bens agrícolas produzidos com biotecnologia, conhecidos também como geneticamente modificados. Restrições têm sido impostas, também, por meio do estabelecimento de especificações de produtos muitas vezes impeditivas no que tange a resíduos de produtos de proteção ao cultivo (ou agroquímicos). Em alguns casos, esses limites são mais exigentes do que o nível de contaminação gerado pela aplicação de produtos autorizados de uso doméstico, usados no controle de insetos em residências.



SHUTTERSTOCK

Em outros casos, os limites estão relacionados a classificações de mercadorias, como a rotulagem de biocombustíveis de primeira e segunda gerações sob a alegação de que bioenergia e biocombustíveis de primeira geração produzidos com biomassa que pode ser utilizada também para a produção de alimentos são condenáveis e não podem ser aceitos para o cumprimento de metas nacionais ou globais de substituição de carbono. Essa é outra forma de restringir o comércio, pois, nesse campo, a biomassa, seja ela de celulose, de sacarose ou de base amilácea, é gerada pela fotossíntese de energia solar, e o que importam são a sua capacidade e a sua eficiência na substituição de emissões de carbono.

É preciso enfrentar essa nova face do protecionismo. Uma maneira é lutar para que normas e especificações internacionais sejam definidas segundo regras claras e não restritivas. Ações individuais de nações exigindo especificações além do considerado aceitável poderiam ser consideradas abusivas. Haveria um grande avanço caso as regras de comércio aceitas pelos Estados-membros da OMC incorporassem referências internacionalmente aceitas, e não especificações, classificações e restrições definidas isoladamente por cada Estado-membro.

Novas formas de protecionismo precisam ser enfrentadas com coragem e firmeza e ser resolvidas de forma transparente caso a meta continue sendo a construção de um sistema de comércio justo e livre de distorções e práticas consideradas abusivas. ■

powered by anuga

www.anufoodbrazil.com.br

anufood brazil

All About Food

Feira Internacional Exclusiva
para o Setor de Alimentos e Bebidas

12-14 Março 2019

São Paulo Expo, São Paulo, Brasil

- AGRIFOODS
- MEAT
- CHILLED & FRESH FOOD
- DAIRY
- DRINKS & HOT BEVERAGES
- FINE FOOD
- BREAD & BAKERY
- ORGANIC
- SWEETS & SNACKS
- FOOD SERVICE

Parceria Estratégica

ABIA Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação

Coorganização

FGV EUROPE PROJETOS

Organização

koelnmesse

A diversificação do agronegócio do Brasil para o mundo

AGRIFOODS









Exclusiva plataforma Agrifoods

Encontre **compradores nacionais e internacionais** na única feira dedicada às empresas de vários segmentos do setor de alimentos e bebidas.





Garanta sua participação!

anufoodbrazil@koelnmesse.com.br | + 55 11 3874-0030

www.anufoodbrazil.com.br

Apoio:

abag ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO

ABIC

ABICAB

ABIEC

abimapi

ABIR

ABPA

abrasel

ANR Associação Nacional de Restaurantes

GASTROMOTIVA

IFB INSTITUTO FEDERAL BRASIL

ITAL

SistemaOCB

UNICA

RENTABILIDADE DO AGRO

RESULTADO DE 2018 E EXPECTATIVAS PARA 2019

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO
Zootecnista da Scot Consultoria
JULIANA PILA
Zootecnista da Scot Consultoria

OS CÁLCULOS das rentabilidades médias das atividades agropecuárias e de outras opções de investimento de capital são feitos anualmente pela Scot Consultoria. Esse trabalho implica a utilização de modelos econômicos que levam em consideração fatores estimados para cada negócio. Conforme os índices técnicos, a localização da produção, a estrutura produtiva e o nível tecnológico, os resultados apurados podem ter significativa variação.

Para 2019, a expectativa é de que o câmbio e a demanda chinesa pesem menos sobre os preços da soja no mercado interno. Com isso, os resultados econômicos deverão ser piores em comparação aos resultados apurados em 2018, quando houve boas oportunidades de negociação para o grão. Para o milho, o aumento da produção na temporada 2018/19 é um fator de baixa sobre as cotações, especialmente a partir de maio/junho, com a colheita da segunda safra no País.

Já na pecuária de corte, a expectativa é de que a oferta de bovinos para abate seja menor em 2019 em relação a 2018. O mercado, aliás, começa a sentir os efeitos do aumento dos abates de fêmeas



SHUTTERSTOCK

nos últimos anos no Brasil. Com isso, esperamos preços maiores (valorização acima da inflação) para a arroba do boi gordo e de animais de reposição. Do lado da demanda interna por carne bovina, também se espera um cenário melhor conforme melhorar a situação econômica do País.

Por fim, para a pecuária de leite, o cenário em termos de preços recebidos pelo produtor deverá ser melhor no primeiro semestre de 2019 comparativamente a igual período de 2018. A aposta está na recuperação da demanda interna em conjunto a um cenário de oferta ajustada. A expectativa é de continuidade do crescimento do consumo interno, porém ainda abaixo ao de antes da crise.

Do lado dos custos de produção, as perspectivas são de custos menores. No caso do milho, por exemplo, a maior disponibilidade nessa temporada deve manter o preço do cereal em patamares mais baixos do que os do ano passado. Em resumo, as rentabilidades da pecuária (corte e leite) deverão melhorar neste ano, principalmente para os sistemas de produção mais tecnificados e que fazem o planejamento da compra de insumos.

RESULTADOS EM 2018

Em 2018, a taxa de câmbio, em dólar, apresentou a maior rentabilidade média entre as atividades e os indicadores analisados. A valorização foi de 18,51% no ano, bem superior ao resultado de 2017, de 0,88%. Isso pode ser explicado pela forte valorização da moeda norte-americana em relação ao real no primeiro semestre, tendo chegado a superar R$ 4,20.

Na sequência, apareceram o Ibovespa (15,03%) e o ouro (11,43%), além do arrendamento para cana-de-açúcar (7,44%) e da produção de cana (7,11%).

Todos esses indicadores e atividades apresentaram rentabilidade maior do que a inflação do período, de 7,10%, medida pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getulio Vargas (FGV). É possível ver, na tabela que consta nesse artigo, as rentabilidades agropecuárias e os indicadores de 2017 e 2018.

Entre as atividades agrícolas e pecuárias, após a cana-de-açúcar, destacam-se a produção de soja e milho, que apresentaram preços em alta durante

RENTABILIDADES AGROPECUÁRIAS E INDICADORES ECONÔMICOS EM 2017 E 2018

ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS/INDICADORES ECONÔMICOS	2017	2018
Dólar comercial	0,88%	18,51%
Ibovespa	28,22%	15,03%
Ouro	11,76%	11,43%
Arrendamento em regiões de cana	7,85%	7,44%
Produção e fornecimento de cana	7,75%	7,11%
IGP-DI	-0,42%	7,10%
CDI	9,93%	6,42%
Poupança	7,00%	6,17%
Soja e milho	2,92%	4,70%
Pecuária de corte – ciclo completo, com aplicação crescente de tecnologia	5,04%	4,51%
Pecuária de corte – recria e engorda, com aplicação crescente de tecnologia	5,02%	3,59%
Arrendamentos gerais (melhores opções)	3,08%	3,12%
Pecuária de corte – cria, com aplicação crescente de tecnologia	2,41%	2,19%
Pecuária de corte – ciclo completo de baixa tecnologia	1,83%	1,59%
Pecuária de leite de alta tecnologia (25.000 litros/hectare/ano)	2,08%	0,15%
Pecuária de corte – recria e engorda de baixa tecnologia	0,10%	-0,23%
Pecuária de corte – cria de baixa tecnologia	-1,62%	-1,80%
Pecuária de leite de baixa tecnologia (1.500 litros/hectare/ano)	-8,47%	-9,45%

Fonte: Scot Consultoria

2018. No caso da soja, a alta de preço decorreu da demanda externa aquecida dos chineses. A exportação do produto foi recorde. Já para o milho, foi a queda registrada na oferta em face da menor produção. As duas culturas tiveram um aumento dos custos de produção na temporada 2017/18 por causa, principalmente, dos preços nos adubos, em decorrência da desvalorização do real em relação ao dólar.

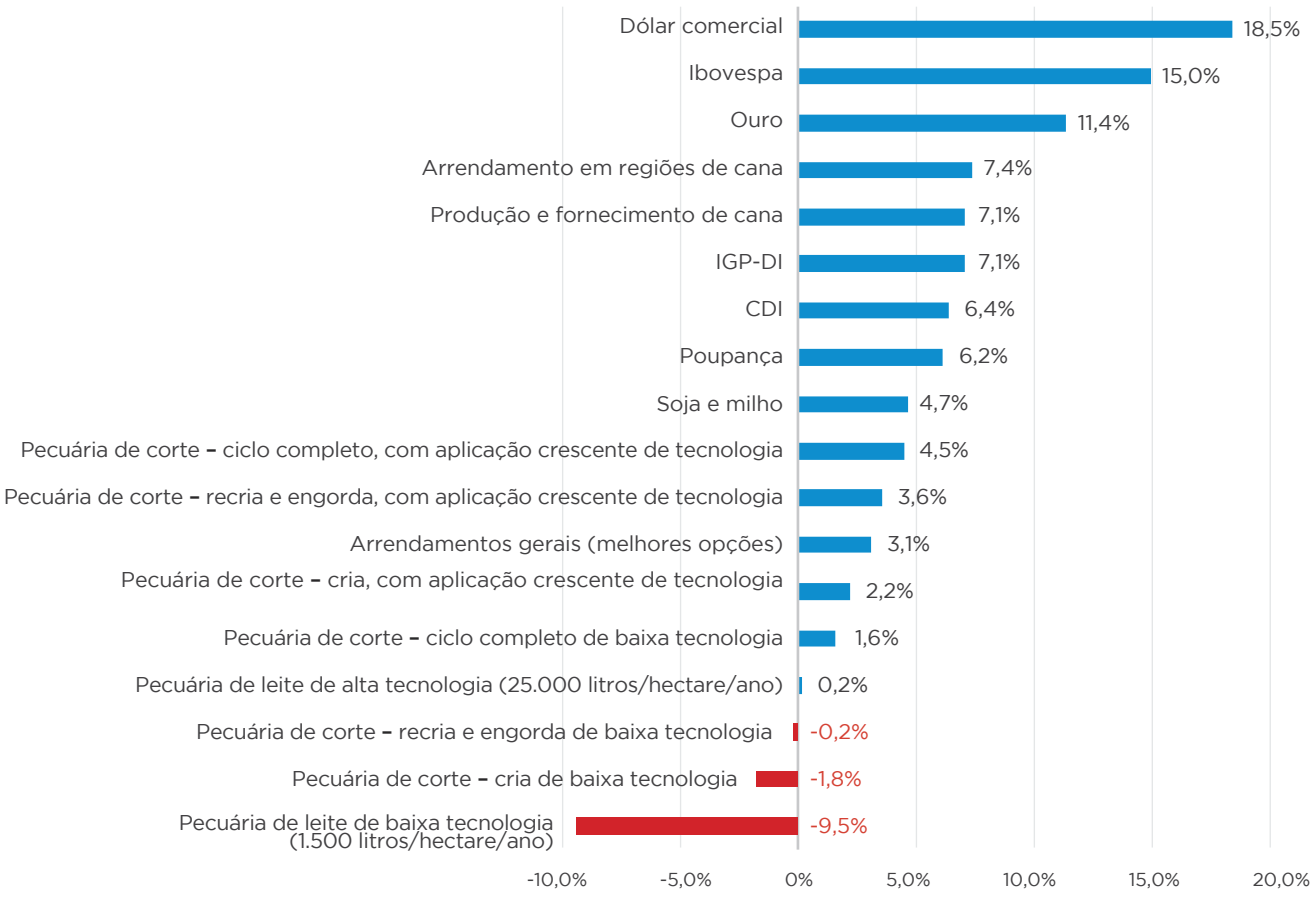
Na pecuária de corte de recria e engorda, em todos os níveis de tecnologia, os resultados pioraram em comparação a 2017. Os seus preços médios, no geral, tiveram um tênue recuo. Isso diminuiu a relação de troca dessas atividades com os insumos. O aumento dos custos de produção, principalmente dos alimentos concentrados e dos suplementos minerais, também pesou de forma negativa.

No caso da pecuária leiteira, a rentabilidade média da atividade de alta tecnologia (25 mil litros/hectare/ano) caiu, passando de 2,08%, em 2017, para 0,15%, em 2018. Para os sistemas de baixa tecnologia, com produtividade média de 1,5 mil litros/hectare/ano, a rentabilidade foi negativa em 9,45%.

Apesar do cenário geral, 2018 registrou valorização do preço do leite pago ao produtor, que subiu, em média, 4,5% em relação a 2017. Por outro lado, o indicador de custo de produção da atividade leiteira também apresentou incremento de 4,5%.

Para a pecuária leiteira de baixa tecnologia, esse foi o sétimo ano consecutivo de rentabilidade negativa. Foi o pior resultado entre as atividades agropecuárias analisadas. ■

RENTABILIDADES AGROPECUÁRIAS E INDICADORES ECONÔMICOS EM 2018



Fonte: Scot Consultoria

PECUÁRIA LEITEIRA

BOA EXPECTATIVA PARA 2019

TALITA PRISCILA PINTO
Pesquisadora do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (GV Agro)

ESPERA-SE QUE, em 2019, a produção de leite seja estimulada. A expectativa é de que haja uma retomada do crescimento econômico, aumentando o poder de compra da população e, com isso, o consumo de lácteos. O cenário de demanda aquecida faz com que os produtores não fiquem tão reféns de preços, já que há uma maior possibilidade de ajuste entre oferta e demanda. A realização desse cenário vai depender do sucesso das medidas tomadas pelo novo governo.

Além disso, o setor precisa articular-se para diminuir tamanha vulnerabilidade a fatores tão diversos. Uma boa alternativa seria a maior adesão dos produtores às cooperativas. O sistema cooperativista permite que produtores de diferentes tamanhos se tornem mais competitivos juntos. Entre os benefícios, estão aumentar o poder de barganha, conseguir melhores preços pelo leite, baixar custos, receber assistência técnica e aumentar suas margens de lucro. Os benefícios gerados por cooperativas apresentam-se como soluções para os principais obstáculos encontrados por produtores e que acabam se estendendo ao longo de toda a cadeia produtiva. No Brasil, cerca de 40% da produção leiteira passa por cooperativas; portanto, ainda há um grande espaço para que o setor se fortaleça e para que diminua cada vez mais a sua vulnerabilidade, principalmente dentro da porteira.

COMO EVOLUIU O MERCADO

Nas últimas décadas, a atividade leiteira, constituída de milhares de pequenos produtores, tem evoluído de forma contínua no Brasil, apresentando um crescimento constante da produção. Essa trajetória possibilitou que o País se tornasse um importante *player* na produção mundial de leite. Dados recentes disponibilizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) apontam uma *performance* bastante competitiva no cenário internacional, com o Brasil como quinto maior produtor mundial, fornecendo cerca de 7% de todo o leite produzido no mundo. Além disso, no mercado interno, o setor emprega mais de 2 milhões de pessoas e contribui com 5,55% do Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuário e 16,28% do VBP da pecuária, com valor de cerca de R$ 31,29 bilhões*.

A produção leiteira, além de ser pulverizada entre pequenos produtores, está presente em todas as

SHUTTERSTOCK



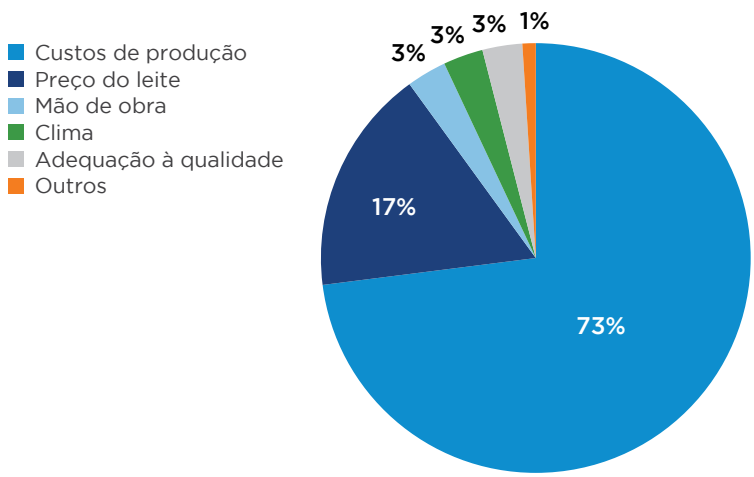
regiões brasileiras e em mais de 99% dos municípios do País, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apesar da sua relevância econômica, o setor é um dos que mais enfrenta desafios para se manter de pé. Há fatores constantes, como a volatilidade dos custos de produção e dos preços pagos aos produtores, que afetam de forma significativa a margem de lucro dentro da porteira. Além disso, o Brasil não é autossuficiente e depende do mercado externo para abastecer a demanda doméstica. E, finalmente, o leite é um produto altamente perecível, e eventos isolados, como a greve dos caminhoneiros em 2018, podem desestabilizar toda a cadeia produtiva do setor.

A trajetória de crescimento da produção foi rompida em 2015 e 2016, anos em que a produção apresentou quedas consecutivas, evento inédito desde 1974, quando os primeiros levantamentos começaram a ser divulgados pela Pesquisa Trimestral do Leite (PTL). Apesar das retrações, a produção retomou, já em 2017, a trajetória de crescimento. Entretanto, dados da PTL mostram que, nos três primeiros trimestres de 2018, a produção voltou a cair. Para entender um pouco mais sobre essas oscilações, é importante considerar que há diversos fatores que contribuem para o desempenho da pecuária leiteira. Alguns merecem destaque, já que se apresentam como desafios para o setor: custos de produção; preços pagos ao produtor; preços praticados no atacado e no varejo; e desempenho do mercado externo.

Em 2015 e 2016, a redução da produção foi afetada pela crise econômica brasileira, que retraiu o Produto Interno Bruto (PIB) e a renda das famílias, causando diminuição no consumo de bens e serviços de maneira geral. Em adição à crise econômica nacional, os preços do leite praticados no mercado internacional estiveram em seus mais baixos patamares históricos, fazendo com que o produto nacional perdesse competitividade em relação ao mercado externo.

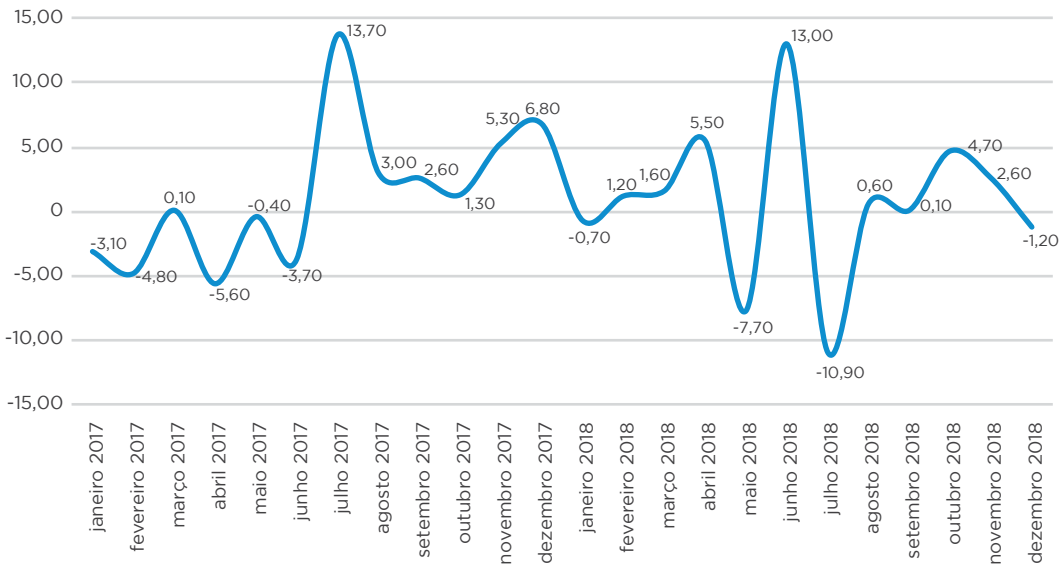
Já no final de 2016, esse cenário começou a se reverter, e o ano de 2017 parecia devolver um novo fôlego para o setor. Ainda no final de 2016, tanto o mercado interno quanto o externo contribuíram de maneira favorável: internamente, houve uma elevação do preço pago ao produtor e uma redução dos custos de produção; e, externamente, os preços praticados voltaram a subir. Em 2017, a produção nacional voltou a crescer, e o volume foi cerca de 5,0% maior em comparação ao do ano anterior. Aparentemente, com a reestabilização econômica do País, o setor conseguiria respirar aliviado. O que se viu foi o oposto: o consumo não acompanhou o crescimento da oferta, e os preços pagos ao produtor tiveram uma queda expressiva no segundo semestre do ano.

PRINCIPAIS DESAFIOS ENCONTRADOS POR PRODUTORES DE LEITE NO BRASIL



Fonte: adaptado de MilkPoint (2016)**

VARIAÇÃO % DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE LATICÍNIOS EM RELAÇÃO AO MESMO MÊS DO ANO ANTERIOR



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal/IBGE

A queda dos preços tornou a atividade impraticável para muitos produtores, que acabaram abandonando a atividade ou reduziram seus investimentos, alterando novamente a dinâmica setorial. Ao final de 2017, o resultado foi de queda da produção, seguida por elevação dos preços. Entre janeiro e junho de 2018, o preço médio do leite já havia subido 26,2% em termos reais. Entretanto, esse aumento foi de apenas 2% de maio a junho. Nesse período, houve um elemento surpresa que, literalmente, parou o País: a greve dos caminhoneiros.

Entre 21 de maio e 3 de junho de 2018, o Brasil deparou-se com uma greve generalizada dos caminhoneiros. O agronegócio brasileiro foi um dos setores mais fortemente impactados, já que o funcionamento das suas atividades produtivas depende em larga escala da logística e, em especial, do modal rodoviário. Dentro do agronegócio, a perecibilidade do leite o tornou uma das maiores vítimas desse movimento. O sistema de preços foi desorganizado, e a perdas não ficaram restritas à supressão da receita; a indústria de leite e derivados como um todo foi atingida.

A paralisação interrompeu a captação de leite, e parte da produção foi descartada. De acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), durante apenas os cinco primeiros dias da paralisação, houve completa interrupção da coleta de leite por parte das maiores empresas de laticínios que operam no País, o que gerou o descarte de 280 milhões de litros. Em valores monetários, essa perda foi avaliada em torno de R$ 360 milhões. Além do descarte do leite, houve falta de ração para os animais. Com a falta de comida, os produtores tiveram que reduzir a produção de leite por animal.

Além dos impactos observados no curto prazo, os efeitos da greve foram sentidos ao longo de todo o ano. Como não houve fornecimento de insumos, o ciclo produtivo dos animais foi prejudicado. Além disso, as empresas depararam-se com a escassez de insumos para reestabelecer sua produção. Durante o mês de maio de 2018, a produção de laticínios foi 7,70% inferior à produção do mesmo mês em 2017. A redução da oferta de leite, de um modo geral, valorizou o produto em 2018. ■

*Mês de referência: janeiro de 2019
**Disponível em: https://www.milkpoint.com.br/noticias-e-mercado/giro-noticias/pesquisa-desafios-2016-custo-de-producao-e-o-maior-desafio-da-atividade-neste-ano-98732n.aspx

SISTEMA DE DEFESA SANITÁRIA

DÚVIDAS E INCERTEZAS QUANTO AO MODELO DE AUTOCONTROLE

FERNANDA KESROUANI LEMOS
Sócia da Lemos Oshiai Consultoria e Assessoria
JOGI HUMBERTO OSHIAI
Sócio da Lemos Oshiai Consultoria e Assessoria

A QUESTÃO do "autocontrole" sanitário é recorrente no debate agrícola brasileiro desde o final da década de 1980. A cada novo governo, essa discussão repete-se, e, muitas vezes, observa-se pouco entendimento sobre o tema.

Para os especialistas brasileiros da área de Defesa Sanitária, não há nenhuma novidade quanto à necessidade de revisão da doutrina dos sistemas de inspeção tendo como objetivo a melhoria da inocuidade dos alimentos, ou seja, o achado uma resposta para a preservação da saúde pública coletiva.

Esse consenso foi, mais recentemente, reforçado em função das últimas crises no nosso setor, com a deflagração da operação Carne Fraca pela Polícia Federal, nas fases 1 e 2. Problemas "sanitários" dessa natureza serviram para trazer a conhecimento do público as práticas não recomendadas ainda existentes no sistema nacional de defesa, que acabam, infelizmente, causando a suspensão de importações de produtos brasileiros.

Evidentemente, esses fatos negativos trouxeram à tona discussões sobre uma eventual reforma do sistema existente. Veio, então, a proposta de autocontrole como uma medida a ser adotada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

MUDANÇA DE MODELO

De fato, a adoção de uma reforma do gênero implica uma mudança na forma de atuação dos agentes responsáveis pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF). Eles deixariam de se estabelecer nas plantas processadoras e passariam a realizar visitas não agendadas para auditorias por amostragem.

Os defensores desse sistema argumentam que se trata de uma ferramenta de qualidade utilizada mundialmente, de acordo com a recomendação do Codex Alimentarius. Foi adotada, inicialmente, pelos Estados Unidos em 1993 e, depois, pelos países signatários da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995.

A propósito, cabe considerar que os sistemas produtivos nacionais já empregavam práticas de autocontrole, como a Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (HACCP, na sigla em inglês), os Procedimentos-Padrão de Higiene Operacional (SSOP, também em inglês) e as Boas Práticas de Fabricação (GMP, ainda em inglês). Na década de 2000, inclusive, foi incorporado pela Organização Internacional para Padronização (ISO, em inglês) e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) o Código de Práticas de Higiene de

Alimentos, com o objetivo de garantir a qualidade e a sanidade dos alimentos processados no Brasil.

A proposta dessa eventual reforma, em debate atualmente, inclusive no MAPA, pode ser sinalizada como a solução para os problemas das indústrias produtoras e exportadoras de alimentos, bem como para o Governo, em termos de gastos. Mas, a concretização dessa ação exige um aparato institucional adequado. Existe o risco de essas "melhores intenções" conduzirem à implementação de novas barreiras não tarifárias em mercados terceiros, além de fomentarem a desconfiança do consumidor do mercado interno. ■

CAUTELAS E PRUDÊNCIAS

A princípio, é preciso aceitar a existência de problemas de ordem prática nas cadeias produtivas de cárneos e de ordem institucional no MAPA.

Essa estratégia de autocontrole pode ser uma meta para o Brasil, mas desde que alguns requisitos sejam cumpridos. Podemos citar dois: o primeiro é a implementação de um sistema de informações gerenciais entre a iniciativa privada e o Governo; e o segundo é a capacitação humana quanto aos quesitos sanitários e à sua relevância para atender as ordens públicas nacional e internacional.

Precisaremos evitar equívocos de interpretação nas leis existentes e erros na redação e na implementação das futuras. Eventuais falhas poderão comprometer os resultados das políticas de inocuidade dos produtos de origem animal produzidos no Brasil.

O autocontrole não pode ser aplicado de forma alguma às inspeções *ante* e *post mortem* por razões óbvias. A primeira detecta algumas enfermidades nos animais vivos, que são, desta forma, separados do lote para evitar a entrada dos portadores de doenças infectocontagiosas na sala de abate, pois estes podem causar danos à saúde pública, além de poderem contaminar instalações e equipamentos. A segunda, após o abate do animal, consiste em várias análises e exames que são realizados nas vísceras e nos gânglios nos vários pontos da "linha de inspeção". Caso seja detectada alguma inconformidade em um desses dois processos – *ante* e *post mortem* –, o fiscal (veterinário oficial) não aprova a carcaça para o consumo humano.

Vale recordar que a União Europeia, que dita os paradigmas sanitários no mundo, não permite a delegação de algumas atividades de controle a terceiras partes (órgãos de avaliação independentes), para evitar conflitos de interesses, como é o caso das inspeções *ante* e *post mortem* para o setor de bovinos.

Não se trata de ser contra a reforma do sistema de defesa sanitária. Muito pelo contrário: a ministra Tereza Cristina deve ser apoiada nessa empreitada. Esse processo não pode ser encarado como uma pretensa inovação pura e simples de transferência de comando para entes não oficiais. É fundamental um sistema adequado de controle de informações técnicas e recapacitação humana.

A reforma precisa levar em consideração essas etapas para evitar um enorme retrocesso. As consequências serão negativas para as saúdes animal e pública, mas, sobretudo, para a reputação e a imagem do setor como um todo e, consequentemente, para o Brasil.



SHUTTERSTOCK

SEGURO RURAL

PRIORIDADE NO PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2019/2020

JORGE EDUARDO DE SOUZA
Coordenador da Cátedra do Agronegócio da Academia Nacional de Seguros e Previdência (ANSP)

O BRASIL é um dos países com mais rico acervo no que se refere a políticas agrícolas realizadas pelo Estado. Ao longo do tempo, os governos realizaram profundos ajustes e adaptações diante das mudanças ocorridas nas economias nacional e internacional. Contudo, os relatórios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostram que o recurso subsidiado aplicado no campo brasileiro em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) é um dos mais baixos do mundo. Mesmo assim, a pressão orçamentária oficial força no sentido de baixá-lo ainda mais.

Com uma proposta mais liberal do ponto de vista econômico, o novo governo está diante da formulação do Plano Agrícola e Pecuário (PAP)



2019/2020, que entrará em vigor em 1º de julho. As negociações estão na mesa. A taxa de referência Selic, de 6,5% ao ano – que está no menor nível desde a sua criação (em 1996) –, tende a permanecer estável caso não haja contratempos radicais no cenário futuro. Esse balizamento permite estabelecer um plano com taxa de juros abaixo de 10% ao ano.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aumentou a dotação de recursos para pequenos e médios produtores. O incremento de crédito é da ordem de R$ 6 bilhões. Essa decisão reduz o receio de exígua disponibilidade de dinheiro para o financiamento rural.

No Plano Safra 2018/2019, a terminar em 30 de junho, o orçamento fixado para os gastos com a equalização das taxas de juros do crédito rural foi fixado em R$ 10,0 bilhões, sendo R$ 4,4 bilhões para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e R$ 5,6 bilhões para a agricultura empresarial (médios e grandes produtores).



SHUTTERSTOCK

Mantendo esse valor de R$ 10,0 bilhões, por força da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 241, que criou o teto dos gastos públicos, como racionalizar e distribuir melhor esses recursos?

TAXA DE JUROS LIVRES DE MERCADO

Existem alternativas para a adoção de mecanismos que estimulem os grandes produtores a tomarem crédito no mercado. Os títulos do agronegócio, como a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), representam alternativas plausíveis para o financiamento bancário sem dinheiro público.

Nesse sentido, foi correta e oportuna a decisão do governo (CMN) ao permitir que os recursos captados pelos bancos via LCA possam ser direcionados para o crédito agrícola com taxas livres, ou seja, pactuadas entre as partes. Pela regra anterior, 35% desses recursos iam para o crédito agrícola, sendo 40% a taxa de juros de 8,5% ao ano. Como representava 14% do *funding*, isso desestimulava os bancos.

PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL (PSR)

Lançado em 2005, os recursos alocados ao PSR não conseguem atender a demanda. O Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR) está em fase de definição do cronograma e da distribuição de recursos para 2019. O valor aprovado, de R$ 440,5 milhões, é muito baixo.

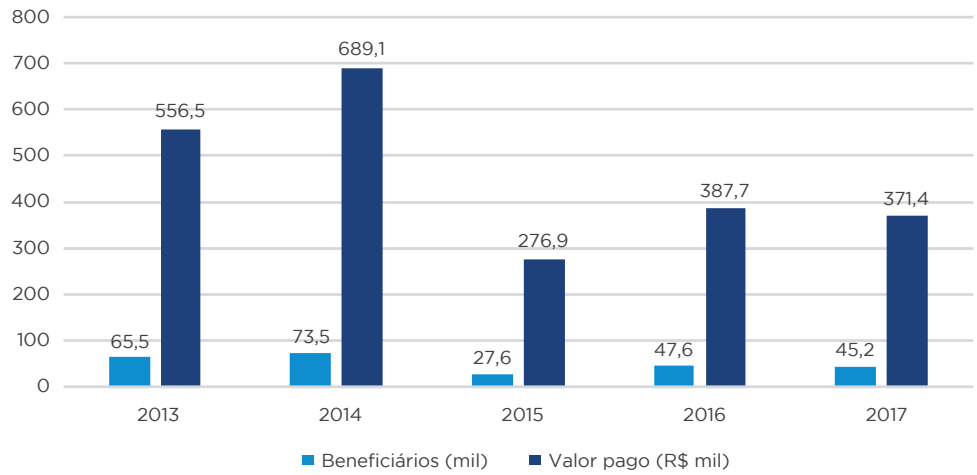
A oscilação dos resultados no período reflete as limitações orçamentárias e financeiras para a subvenção. Em vista do contexto de restrição fiscal, existem limitações orçamentárias para o aumento das dotações do Plano Trienal do Seguro Rural (PTSR) 2019-2021. Desta forma, faz-se necessário promover ajustes para ampliar o número de beneficiários do PSR, por meio da redução dos percentuais de subvenção ao prêmio praticados atualmente.

Para fortalecer o PSR, existem estudos que apontam para duas direções: uma relaciona-se aos recursos

utilizados para a equalização do crédito rural e outra pode ser a rubrica do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).

O desafio está em encontrar uma maneira de baixar o prêmio do seguro rural. Existem doze empresas com atuação no seguro rural. A taxa Selic carrega o risco e a incerteza dessa atividade. Em conclusão, a faixa mais elevada das taxas livres de mercado espelha a escassez de recursos para a subvenção ao seguro rural. Em 2018, no Brasil, a área segurada foi de 4,6 milhões de hectares. ■

PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL (PSR)



Fonte: MAPA

REPUTAÇÕES SECURITÁRIAS

O modelo tradicional para a precificação das coberturas do seguro rural tem como base as estatísticas por município e região, tendo como fonte histórica os dados coletados e agrupados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse procedimento, apesar da riqueza do conteúdo do seu material, trata de forma igual todos os produtores de um município e uma região, sem considerar as diferenças existentes entre eles em termos de tecnologia e gestão.

A agricultura brasileira apresenta grande diversificação quando se levam em conta as peculiaridades na condução e no tipo do empreendimento. Por isso, as empresas do mercado de seguro rural devem levantar informações para conhecer e valorizar do ponto de vista qualitativo os atributos dos produtores. Muitas dessas variáveis estão associadas à administração do conjunto de riscos envolvidos com as atividades de produção, seja no custeio, no investimento ou na comercialização.

Isso significa montar a reputação securitária do produtor, que envolve diversos e diferentes fatores. O grau de competência técnica e empresarial vai desde a compra de insumos e a aquisição de máquinas até a estocagem do grão para comercialização no silo. Cada etapa exige decisões preventivas de riscos e um histórico da evolução da produção, dos sinistros avisados, do patrimonial e do cadastro moral – como a Serasa e o Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), entre outros.

O produtor que investir na qualificação da sua reputação securitária será disputado pelas empresas. Teremos como resultado, no mercado, contratações com formatações mais adequadas e menores preços (prêmios).

SHUTTERSTOCK



Tecnologia e inovação

Uma das principais colunas de sustentação da Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais (ASBRAM) está na aplicação da inteligência de mercado para expandir e profissionalizar o negócio de suplementação por meio de tecnologia e inovação. Com empresas bem estruturadas do ponto de vista financeiro, o setor possui musculatura para enfrentar as fases difíceis dessa atividade. O esforço para superação dos obstáculos serve de lição. São mais de 10 mil profissionais espalhados no campo para a disseminação das boas práticas junto aos pecuaristas. *Players* nacionais e internacionais desenvolvem esse trabalho. Este é o nono Caderno Especial da ASBRAM em parceria com a ***Agroanalysis***.

Visão e posição



Ademar Leal
Presidente da ASBRAM

Três transições na pecuária nacional

A primeira das transições deu-se no final do desmatamento e na abertura de grandes áreas para a pecuária, no final dos anos 70 do século passado, bem fácil de se localizar e identificar, principalmente no Centro-Oeste brasileiro, onde esse impacto foi bem maior.

A segunda veio com a chegada e o surgimento das braquiárias, uma revolução na nutrição dos animais, e, também, com a introdução da ureia, fonte de nitrogênio, na dieta da nossa pecuária, minimizando o impacto da seca, por volta da década de 1980.

A terceira vem pelo uso de novas tecnologias e pelo aumento do emprego de suplementos pelos pecuaristas a partir da década de 1990, com a

inserção definitiva da integração lavoura-pecuária e da interação lavoura-pecuária-floresta. A pecuária de corte virou, efetivamente, mais uma fonte de renda dos produtores rurais.

Principal virtude do setor

Com certeza, de maneira geral, trata-se do compromisso do pecuarista com todos e com tudo; a sua preocupação com o meio ambiente, os animais, os fornecedores e, até mesmo, os bancos. Esse comprometimento pode ser sentido na vontade expressiva de honrar as suas obrigações com todos quanto a tudo o que faz. Esse comportamento sobressai-se na área de gado de corte.

Somos melhores na produção ou na gestão?

Com convicção e sem sombra de dúvida, estamos melhores na produção. A gestão ainda deixa a desejar, e, até pouco tempo atrás, não se falava em gestão nas propriedades. A prática era feita com muito amadorismo. Os empreendedores com mais força, dedicação e determinação saíam na frente, e as coisas simplesmente rolavam, sem planejamento. Com o uso das novas tecnologias, a gestão passou a ser muito mais importante. Daí a nossa luta e o nosso esforço para implementá-la nas propriedades.

Genética, nutrição e manejo: em qual item estamos piores?

O manejo é o nosso grande gargalo, estando o vilão na baixa qualidade da gestão. Não deve haver improvisação, com decisões e ações repentinas, sem levar em conta as etapas da produção ao longo do ano. A genética e a nutrição avançaram muito nos últimos anos, com o lançamento de novos processos e produtos ao pecuarista. O problema, infelizmente, acontece com o uso, muitas vezes, errado dessas novas tecnologias.

Futuro da pecuária no Brasil



Daniel Guidolin
Vice-presidente da ASBRAM e diretor técnico da Premix

O futuro da pecuária do Brasil já chegou e ocupou o seu lugar. Não acreditamos que iremos criar coisas inimagináveis, mas, sem dúvida, estamos convictos sobre o nosso potencial para melhorarmos e aperfeiçoarmos as técnicas praticadas por muitos pecuaristas hoje em dia.

Elaboramos um conjunto de respostas diretas, de bate-pronto, para mostrar a confiança das nossas vantagens competitivas por meio de seis pontos importantes.

1. Três transições na pecuária nacional

O tripé consagrado da pecuária de corte, baseado na sanidade, no manejo e na nutrição, sairá da visão agregada do rebanho e evoluirá para um foco específico no bovino individual. Isso significa a preservação da sua composição genética, a convivência com o hábitat natural e o bem-estar, nos aspectos de saúde e condições físicas e psicológicas adequadas. A rastreabilidade e as certificações já fazem parte desse processo de produção.

2. Mais produtivos!

Teremos menor área de pastagem para o animal, mas a produção de proteína será maior devido à suplementação alimentar. O sistema que possui grandes condições de prevalecer e atingir franca expansão no Brasil tropical será a integração lavoura-pecuária-floresta. Esse modelo inteligente apresenta resultados e viabilidade para projetos de pequeno, médio e grande portes.

3. Mais reconhecimento!

Acessaremos e diversificaremos os nossos fornecimentos tanto nos mercados novos, como nos tradicionais. Há muito espaço a ser ocupado. Teremos produtos para atender consumidores internos e externos com os mais variados padrões de qualidade. Estamos confiantes quanto a esse diferencial para sermos melhor remunerados pelo nosso trabalho e conquistarmos a fidelização dos nossos clientes.

4. Mais tecnológicos!

A "pecuária 4.0" já faz parte da nossa realidade. Ampliaremos o uso de tecnologia de *hardware* e *software*. As propostas para o uso de uma série de aplicativos chegam cada vez com maior intensidade no mercado zootécnico brasileiro. Estamos comprometidos a levar essas inovações para apoiar a decisão do produtor na conquista de maiores ganhos econômicos, ambientais e produtivos.

5. Mais esperança!

Temos muito a avançar para nos tornarmos o maior produtor mundial de carne na pecuária. Essa previsão é traçada por renomadas organizações internacionais. Todo esse processo intenso de ganho de produtividade na criação levará a resultados promissores.

Assistiremos à redução no tamanho do rebanho brasileiro ao mesmo tempo em que ocorrerá um aumento na sua taxa de desfrute. Poderemos ser exportadores de produtos novos que venham a antecipar tendências de consumo.

Para nos mantermos nessa posição de destaque mundial, devemos, a exemplo dos produtores rurais, continuar firmes e incansáveis na busca por evolução.

Valorização do associado



Elizabeth Chagas
Vice-presidente executiva da ASBRAM

A ASBRAM – constituída, em 1997, por treze empresas do setor de suplementos minerais – reúne, hoje, 70% das indústrias brasileiras produtoras de suplementos para a pecuária em todo o território nacional.

Temos como missão "incentivar, por meio de métodos apropriados, o uso de suplementos para nutrição animal, demonstrando a importância de sua utilização correta, visando melhorar os níveis da produção e a qualidade dos produtos da agropecuária, de forma ética e profissional".

A Associação tem, hoje, o painel de estatísticas mais moderno do setor agropecuário. Usamos ferramentas modernas e criamos condições para que o associado estude o mercado por estado brasileiro e categoria de produto. É uma ferramenta muito útil em tomadas de decisão.

Na maior parte da nossa vida profissional, estivemos dedicados à proteína vegetal, na área de suprimentos e logística. Mas, confessamos que, nessa década, ficamos apaixonados pela proteína animal, mais precisamente pelas pecuárias de corte e leite. É um mundo movido muito mais pela paixão do que pela razão. Os olhos brilham quando esse povo fala do seu trabalho.

Particularmente, não nos vemos, hoje, longe desse universo. Sentimos o privilégio de conviver e trabalhar com um grupo tão seleto de executivos jovens. Todos encaram seus desafios com muita serenidade e muita confiança.

É um mercado de concorrência perfeita. Nenhum concorrente possui a capacidade de definir o preço num mercado de concorrência perfeita. A disputa acirrada é mais difícil do que na área de proteína vegetal. Existem muitas empresas familiares, com

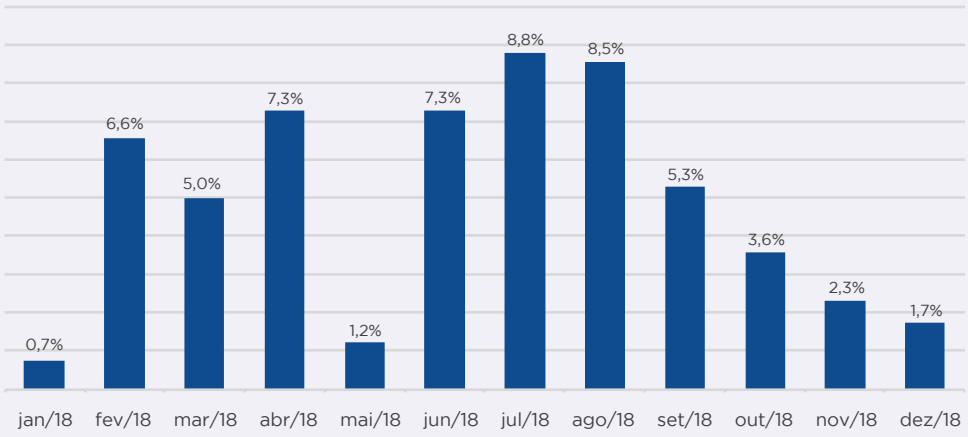
processos de sucessão que começaram a se dar agora. Tudo muito novo e recente.

Assim como temos certeza de que o melhor negócio desse País é e será o agronegócio, acreditamos, dentro do agro, que o nosso setor de suplementos minerais é o melhor e mais promissor de todos.

Apesar desse período recente de recessão econômica, seguimos em crescimento. Com a retomada positiva do Produto Interno Bruto (PIB) em 2017 e 2018, olhamos com otimismo para 2019. Temos aglutinado, por ano, mais de quinhentas pessoas em reuniões mensais, em que discutimos os mais diversos assuntos.

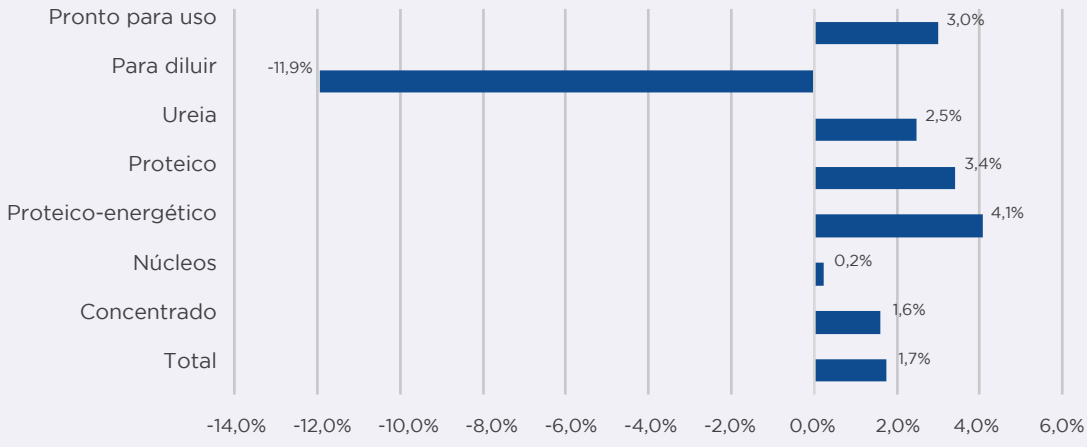
Pensamos sempre de maneira obstinada no enriquecimento do conhecimento dos nossos associados. Contamos com presidentes verdadeiramente engajados com a Associação. O que há de comum entre eles, que nos chama a atenção, consiste no esforço em tecer laços fortes de amizade entre os associados. No presente, essa casa é uma entidade

VARIAÇÃO ACUMULADA DO VOLUME TOTAL DOS SUPLEMENTOS MINERAIS EM 2018
(% A.A.)



Fonte: ASBRAM

VARIAÇÃO DO VOLUME DE VENDAS POR TIPO DE SUPLEMENTO EM 2018
(% A.A.)



Fonte: ASBRAM

de amigos, no trabalho com o que sabem fazer de melhor e com o que mais amam.

Setor desacelera, mas cresce

Certamente, a greve dos caminhoneiros, em maio passado, marcou a economia brasileira em 2018. É razoável afirmar que praticamente todos os setores econômicos tiveram seu desempenho condicionado aos desdobramentos desse evento.

De acordo com os números da pesquisa Focus, do Banco Central, o mercado projetava, no começo de 2018, um crescimento no PIB de 2,7% para a economia nacional. Logo após o final das paralisações, essa taxa foi revisada para baixo e passou a projetar uma expansão bem mais modesta, de 1,5%.

Infelizmente, a greve dos caminhoneiros também não passou despercebida pelo mercado de suplementos minerais. Até abril, o mês imediatamente anterior à paralisação, o setor já apresentava um crescimento acumulado no ano de 7,3%. Porém, após aquele evento, o ritmo de expansão do setor perdeu fôlego e registrou, no final do ano, um crescimento acumulado de 1,7%. Em números absolutos, enquanto, em 2017, foram transacionadas 2.010 mil toneladas de suplementos; em 2018, foram 2.045 mil toneladas. Isso representa 70% do mercado brasileiro.

Desagregando pelos tipos de suplemento, fica evidente que a expansão de 2018 foi sustentada, principalmente, pelo crescimento do suplemento pronto para uso (aumento de 3,0% no período), que, sozinho, respondeu por 1,3% da expansão de 1,7% de todo o setor, ou seja, 76,5% da expansão do volume de vendas do setor veio das vendas de suplemento pronto para uso.

De qualquer forma, apesar do choque adverso de maio, é importante destacar que, em 2018, o volume de vendas de apenas um tipo de suplemento (para diluir) foi menor (11,9%) do que aquele observado em 2017. Os demais suplementos registraram expansão; naturalmente, em intensidades distintas: ureia (2,5%); proteico (3,4%); proteico-energético (4,1%); núcleos (0,2%); e concentrado (1,6%). ■



VIII ABISOLO FÓRUM E EXPOSIÇÃO

DEFINIDA A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO QUE É RECONHECIDO COMO O MAIS IMPORTANTE DA ÁREA DE NUTRIÇÃO VEGETAL

Encontro será realizado em 10 e 11 de abril, em Campinas-SP, e reunirá especialistas nacionais e internacionais que debaterão os avanços e os desafios da nutrição vegetal.

A **Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo)**, promotora do **VIII Abisolo Fórum e Exposição Internacional Tecnologia & Integração**, a ser realizado em 10 e 11 de abril, em Campinas-SP, concluiu a programação e as temáticas das palestras, dos painéis e dos debates do evento. Considerado o maior e mais representativo encontro da indústria de tecnologia de nutrição vegetal da América Latina, o Abisolo Fórum e Exposição destacará temas relacionados a cana-de-açúcar, soja, alimentos orgânicos, agricultura digital e fertilizantes orgânicos. Serão debatidos, ainda, aspectos ligados a investimento no agronegócio, plano de governo 2020-2030, geopolítica, economia, distribuição, cooperativismo, além de acontecerem duas palestras internacionais.

O encontro será aberto com a palestra "Efeitos da Nutrição Foliar na Maturação da Cana-de-Açúcar", a cargo do professor **Carlos A. C. Crusciol**, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), *campus* de Botucatu; seguida da apresentação de um *case* de sucesso no segmento de



MATHEUS MEIRELES

cana feita por **Carlos Eduardo Faroni,** da Biosev. Na área da cultura de soja, serão apresentadas as seguintes palestras: "Inoculação, Reinoculação e Coinoculação no Sistema de Produção de Soja", ministrada por **Marco Antônio Nogueira**, da Embrapa Soja; e "Como Construir um Ambiente de Alta Produtividade", a cargo de **João A. L. Pascoalino**, do Comitê Estratégico Soja Brasil (CESB). Além disso, haverá uma apresentação sobre que há de mais moderno em produção científica pelo professor **Evandro B. Fagan**, do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM).

Em relação ao tema de distribuição, está programada a palestra "Status Atual e Tendências do Segmento de Distribuição de Insumos", a ser proferida por **Henrique Mazotini**, diretor executivo da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (ANDAV). Sobre cooperativismo, está programada uma palestra relacionada aos desafios do segmento denominada "O Papel das Cooperativas na Validação de Novas Tecnologias". O fechamento da agenda do primeiro dia será focado em alimentos orgânicos, e o palestrante, que que apresentará "Inventário e Tendências no Brasil e no Mundo", será **Alexandre H. Harkaly**, do IBD Certificações.

Para o segundo dia do evento, estão programadas as seguintes palestras: sobre agricultura digital, haverá a apresentação de "Processamento de Imagens com Enfoque em Nutrição de Plantas", a cargo de **Lucio A. de C. Jorge,** da Embrapa Instrumentação, e de "Substâncias Húmicas: Uma Nova Abordagem para a Valorização dos Fertilizantes Orgânicos Compostos", a ser proferida pela professora **Elke Jurandy Bran Nogueira Cardoso**, da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP). O evento será encerrado com duas palestras internacionais, a cargo da professora **Vitória Fernandez**, da Universidad Politécnica de Madrid (Espanha) – que abordará "Nutrição Foliar: Fundamentos Científicos e Técnicas de Campo" –, e da professora **Maria del Carmen Salas Sanjuan**, da Universidad de Almería (também Espanha) – que apresentará "Fertirrigação: Manejo de Nutrição e Ferramentas de Controle e Diagnóstico".

Estão programados, ainda, os seguintes painéis: "O Futuro é Agro: Proposta de Plano de Governo 2020/2030", a cargo do pesquisador **Elisio Contini**, da Secretaria de Inteligência e Relações Estratégicas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Sire/Embrapa) em Brasília; "Economia: Perspectivas para a Economia 2018-2020", com o economista **José Roberto Mendonça de Barros**, da MB Associados; "Geopolítica: o Rearranjo das Relações Internacionais" e "Investimentos: os Fundos de Investimentos e o Agro", ambos ainda com palestrantes a confirmar participação.

Todos os painéis e os debates terão como mediador o jornalista **William Waack**. Compõem o público esperado para o VIII Abisolo Fórum e Exposição empresários, investidores, compradores e agrônomos de toda a cadeia produtiva da indústria de tecnologia de nutrição vegetal, além de professores, pesquisadores, profissionais de instituições de Estado, cooperativas, revendas, consultorias técnicas, agricultores e estudantes de Agronomia. ■

VIII ABISOLO
FÓRUM E EXPOSIÇÃO

SERVIÇO

VIII ABISOLO FÓRUM E EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL TECNOLOGIA & INTEGRAÇÃO
Data: 10 e 11 de abril de 2019
Local: Expo D. Pedro (Campinas-SP)
Outras informações: (11) 3251-4559 ou www.forumabisolo.com

Consultoria de imprensa:
MECÂNICA DE COMUNICAÇÃO LTDA.
Tels.: (11) 3259-6688/1719; Fax: (11) 3256-4312
E-mail: meccanica@meccanica.com.br

PASTO NA SECA É SEMPRE IGUAL?



Matheus Moretti
Gestor técnico de Bovinos de Corte na Agroceres Multimix

ANTES DE iniciar a leitura deste texto, peço a você que faça uma pausa e imagine um pasto que foi diferido. O mesmo está seco e pronto para ser pastejado. Qual é a imagem que vem à sua cabeça? Ou melhor, qual é o pasto que você gostaria de estar imaginando?

Muito do que vamos discutir aqui servirá para desmistificar o enunciado de que pasto na seca é algo sempre ruim. Ao afirmar isso não quero dizer que o pasto na seca é melhor do que o de águas. A ideia é apenas mostrar que, mesmo em um cenário desafiador, existem ações simples de manejo que auxiliam a melhora dos resultados.

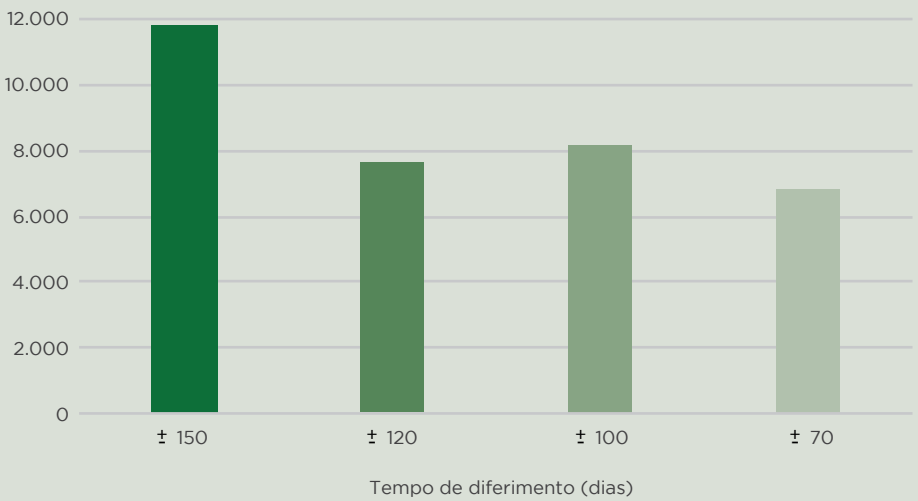
O primeiro desafio que vem à cabeça é: como manejar o pasto na seca se o crescimento da planta nesse período é praticamente nulo?

Pois bem: o manejo do pasto na seca começa na fase anterior a ela (a de águas), ou seja, a forma ou a condução do diferimento, nesse caso, é a ferramenta para melhorar a qualidade do pasto.

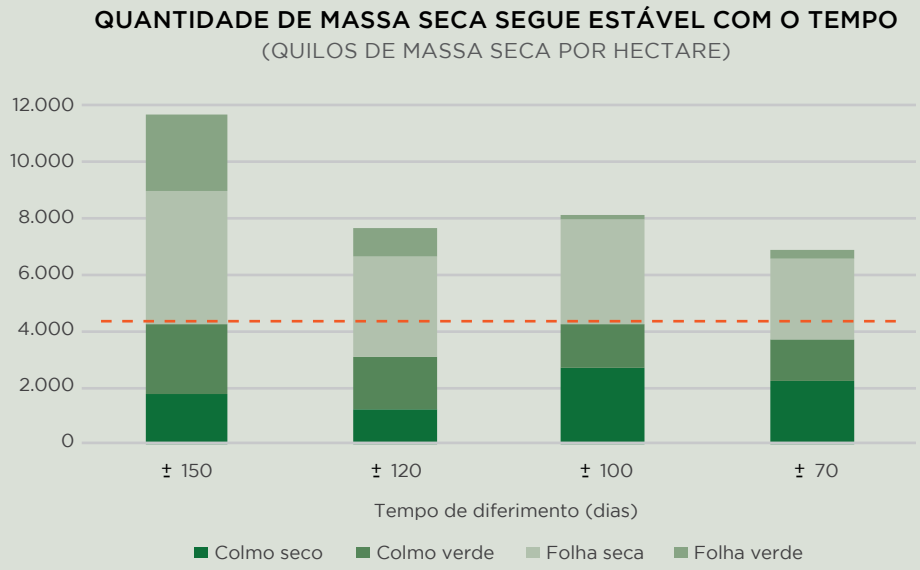
Via de regra, a técnica do diferimento é uma estratégia para acumular forragem durante o período das águas a fim de tratar dos animais nos meses de escassez.

Pela lógica, desde que as condições ambientais e climáticas não sejam limitantes, quanto maior o

AUMENTO DA MASSA DE FORRAGEM COM O TEMPO
(QUILOS DE MASSA SECA POR HECTARE)



Fonte: adaptado de Santos *et al.*



Fonte: adaptado de Santos *et al*.

tempo de diferimento*, maior será a massa de forragem acumulada. Vemos que a massa de forragem aumentou com o passar do tempo de diferimento: com ± 150 dias, atingiu quase o dobro da massa de forragem com ± 70 dias.

Com base nesses números, qual é o melhor pasto? Qual permitirá melhor Ganho Médio Diário (GMD) dos animais?

A quebra de paradigma é, em se tratando de pasto diferido, a ideia de que "quanto mais, melhor" não se aplica ao pé da letra. Vejamos o porquê?

Sabemos que os bovinos têm predileção por consumir folhas, e fazendo uma nova análise para avaliar as estruturas da planta componentes da massa acumulada, vemos que a quantidade total de folhas praticamente não se altera nos diferentes períodos de diferimento. Ou seja, os principais componentes que aumentam com o tempo de diferimento são o colmo e o material morto.

Sendo assim, a estrutura do pasto (relação folha/colmo da gramínea) se torna muito diferente entre os diferentes tempos, afetando diretamente o consumo de matéria seca do animal e, consequentemente, o seu desempenho. Para ilustrar, imagine um animal pastejando. Agora, pense em duas situações distintas: um pasto com muito colmo e muita inflorescência e outro que, apesar de seco, conta com maior proporção de folhas. Em qual deles o consumo do animal será maior?

Perceba que, quanto mais fácil for a formação do bocado do animal (promovido pela facilidade de acesso e apreensão das folhas), maior será o seu consumo de massa seca). Deste modo, um pasto diferido por menos tempo tende a apresentar maior proporção de folhas (melhor estrutura), favorecendo o consumo do animal. Além do consumo, a melhor estrutura do pasto resultará em menores perdas por pisoteio dos animais, aumentando, assim, a eficiência do pastejo e a utilização do pasto. Ou seja, pasto na seca não é sempre igual.

Por fim, apesar de o manejo do diferimento permitir melhorar a qualidade do pasto na seca, este ainda apresenta a limitação da sua composição química, principalmente em relação ao teor proteico, fazendo-se obrigatório o uso de suplementos alimentares para que resultados satisfatórios sejam alcançados. ■

*O diferimento de pastagens é uma alternativa para reduzir o efeito da estacionalidade sobre o sistema de produção. Essa técnica consiste em vedar uma determinada área de pastagem no final da estação de crescimento para que a forragem acumulada seja utilizada durante a entressafra

LIBERALISMO GRADUAL E RESPONSÁVEL

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES
Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)



A ELEIÇÃO de Jair Bolsonaro veio acompanhada de uma agenda liberal pautada em equilíbrio fiscal, diminuição do tamanho do Estado, melhoria do ambiente de negócios e redução do custo Brasil. Destacam-se, nessa pauta, as privatizações e as reformas da previdência e tributária.

Em teoria, todos os setores da economia apoiaram essa agenda pró-mercado. Na prática, há resistência a medidas que promovam maior concorrência no mercado doméstico via importações, contradição que se verifica até no posicionamento dissonante entre o presidente e o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Iniciada a gestão do novo governo, a agricultura aparece no centro desse dilema. A redução da tarifa *antidumping* ao leite em pó oriundo da União Europeia e da Nova Zelândia, a indicação de elevação das taxas de juros do crédito rural e a eventual oneração das exportações do agronegócio trouxeram inquietação ao setor.

Acreditamos na tese liberalizante de promover a concorrência e elevar a produtividade, mas confiamos mais no seu sucesso mediante o estabelecimento de uma agenda gradual de implementação. A súbita alteração das políticas implantadas tende a trazer efeitos colaterais que podem implicar danos e custos maiores para a sua reparação.

Defendemos que a redução das tarifas de importação se dê em um contexto de ampliação do acesso a mercados e construção de acordos comerciais. A diminuição das tarifas elevará as importações sem dar oportunidade para o setor exportador ganhar mercados. A redução de alíquotas ou a retirada de tarifas – a exemplo do leite – poderia ser concedida no âmbito da negociação com a União Europeia de modo a permitir a obtenção de contrapartidas (tarifas, cotas e preferências) para os exportadores brasileiros.

A proposta de redução da equalização das taxas de juros do crédito rural também precisa ser analisada com cautela, pois essa política permite fixar as taxas em níveis mais próximos à concorrência internacional, em patamares mais condizentes com o nível de risco da agricultura.

Produzir, no Brasil, é uma façanha, em razão do custo Brasil e das deficiências de infraestrutura logística. Portanto, é importante considerar que medidas de proteção/apoio ao setor representam apenas paliativos para mitigar distorções de ordens financeira, comercial e tributária.

O Brasil é um dos países que menos subsidia sua agricultura e tem eficiência técnica na maioria das cadeias produtivas, mas está sujeito às adversidades climáticas de um país tropical, além de perder competitividade da porteira para fora.

A fim de evitar uma desestabilização no setor que tem sido alicerce da nossa economia, recomendamos prudência em eventuais alterações nas políticas públicas. A experiência forma minha convicção de que a transição ao modelo liberal deve ser gradual e com responsabilidade.

Assim, o governo terá condições de fomentar as atividades mais sensíveis e compensar o setor produtivo, viabilizando ganhos de competitividade por meio de um sistema tributário mais justo e um mercado financeiro mais competitivo e com um custo logístico menor. Em condições justas de concorrência e com uma política sólida de gestão de riscos, o agronegócio fortalecer-se-á e contribuirá muito mais para o desenvolvimento do País. ■

MANEJO DOS MODOS DE AÇÃO: CHAVE PARA O SUCESSO

FABIO KAGI

Engenheiro-agrônomo pela Faculdade de Ciências Agronômicas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (FCA/Unesp), *campus* Botucatu, e gerente adjunto de Inovação e Sustentabilidade da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

O QUE você pensaria se eu lhe dissesse que há uma ação que pode ser feita hoje em relação ao manejo de pragas, com efeitos duradouros e capaz de evitar perdas de produção, diminuir o número de aplicações ao longo dos anos, reduzir custos de combustível e mão de obra na aplicação de defensivos agrícolas, além de contribuir para a sustentabilidade do manejo? E se, com a mesma ação, eu demonstrasse que o custo de manejo seria, no mínimo, 48% menor?

Estou referindo-me ao incrível poder de manejo da resistência das pragas aos defensivos agrícolas, no qual o simples ato de não usar o mesmo produto repetidamente para o manejo de uma mesma praga tem papel fundamental. Ao longo de toda a história da humanidade, o homem trava uma batalha com as pestes agrícolas pelo mesmo alimento. Se não realizasse nenhuma forma de controle, basicamente o homem comeria o que as pragas – que estão no mundo há 1 bilhão de anos – não comeram. São milhões e milhões de anos de adaptação para sobrevivência em condições adversas inseridos na carga genética e na evolução dessas espécies.

Quando aplicamos um defensivo, as pragas suscetíveis morrem e as resistentes sobrevivem e se multiplicam. Na próxima geração, vão existir mais resistentes do que eram anteriormente. Continuadamente, esse processo leva à existência apenas de indivíduos resistentes, o que significa, na prática, que aquele produto já não mais controlará a doença em questão.

Para alimentar um mundo que terá 9,8 bilhões de pessoas em 2050, teremos que controlar as pragas de maneira adequada, e os defensivos agrícolas são especificamente desenhados para isso. A cada nova molécula, as indústrias de pesquisa e desenvolvimento de defensivos agrícolas investem cerca de US$ 286 milhões ao longo de onze anos de condução de testes para garantir a eficácia e a segurança dos produtos.

Pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) publicaram, em 2017, uma interessante circular técnica que demonstra que, em média, os custos para o controle de plantas daninhas saltaram de R$ 62,57 por hectare, em áreas sem resistência, para R$ 285,98 por hectare, em áreas com resistência. Em uma fazenda de 1.000 hectares, essa diferença de custo de manejo representa mais de R$ 220 mil por ano da renda de uma família de agricultores.

Por isso, é importante mudar a mentalidade a ser adotada no manejo da resistência, saindo do manejo reativo (usar a ferramenta até quebrar e encontrar uma nova) para o manejo proativo (evitar quebrar a ferramenta, mantendo a sua eficácia), ressaltando que os agricultores, muitas vezes, não conseguem prever o potencial de aumento dos custos para controle após o desenvolvimento da resistência.

A mensagem final é evidente: os defensivos agrícolas são seguros e eficazes no combate às pragas; já evoluíram muito ao longo dos anos, e a indústria continuará investindo em busca de novas soluções. A regra de ouro é valorizar e preservar o que já existe, pois qualquer produto que for superexposto perderá rapidamente sua eficácia, e o processo de desenvolvimento longo impede que sejam lançados novos modos de ação facilmente. ■

DIÁRIO DE BORDO

ÍNDICES POSITIVOS

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e titular da Cátedra de Agronegócios da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)

AS AVALIAÇÕES do mercado quanto à economia em 2019 são positivas. Segundo dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a expectativa é de um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de 2,40% a 2,50%, finalmente animador, e a produção industrial deve aumentar 3,04%, igualmente alvissareira. A inflação deverá ficar em torno de 3,87%, e a meta da taxa Selic, em 6,50%. Também se espera uma taxa de câmbio média da ordem de R$ 3,70/US$.

Embora seja positivo um crescimento do PIB de 2,50% (depois de taxas de -3,16% em 2015 e de -3,01% em 2016 e de um crescimento pífio de 1,00% no ano passado), vale lembrar que ainda avançaremos muito menos do que os grandes países (a Índia vai crescer 7,40%; a China, 6,20%; e os Estados Unidos, 2,50% também) e menos do que três países sul-americanos (Bolívia e Paraguai, com 4,20%, e Chile, com 3,40%). Mas, nessa altura, o que mais importa é a comparação ao próprio País nos desastrosos anos de 2014 a 2017.



É evidente que essas expectativas otimistas se devem, em grande parte, ao discurso do novo governo, com um caráter liberal e promessas de urgência na reforma da previdência, essencial para equilibrar as contas públicas e iniciar tratativas para outras reformas igualmente necessárias, como a tributária e a política, entre outras. Acenos a privatizações relevantes e a clareza do combate à corrupção são outros temas animadores, fazendo crer na retomada dos investimentos que levarão à redução do maior problema nacional corrente, que é o desemprego, que já vem caindo, embora moderadamente.

A bem da verdade, esse novo governo herda alguns bons legados do anterior, como a reforma trabalhista, o estabelecimento do teto de gastos do Executivo, a inflação abaixo do centro da meta, assim como a taxa Selic. E a grande expectativa prende-se à segurança jurídica, elemento fundamental para a retomada dos investimentos.

Todos esses dados levam a um Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) muito bom, da ordem de 115,7, o mais alto em muitos anos. O nível de utilização da capacidade industrial instalada também já é o mais alto desde 2016, de modo que o cenário industrial é mesmo alentador.

No agronegócio, há diferentes dados. As condições climáticas da safra de verão não foram muito favoráveis, de modo que se espera uma quebra da produção de grãos em relação às primeiras expectativas. Só a soja deve ter uma redução de cerca de 12% a 15%, com a agravante de que os preços não reagiram até agora, de modo que a renda bruta dos produtores deve cair em relação à do ano passado, fato que não é tão grave nessa atividade porque os dois últimos anos permitiram uma capitalização dos empresários. Mas, outras culturas, como a cana-de-açúcar e o café, terão safras menores do que se estimava no final do ano passado, com preços estabilizados em níveis inadequados.

Com essas notícias, a previsão da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) é de que o PIB do agronegócio crescerá em torno de 2,00% no ano, menos, portanto, do que crescerá o PIB total, o que é uma novidade em muitos anos. Mesmo assim, o Índice de Confiança do Agronegócio (IC Agro) atingiu, no último trimestre de 2018, o maior nível desde a sua instituição, da ordem de 115,8. São números bons. Tomara que todos se transformem em realidade, para o bem de todos os brasileiros. ■

PRODUZIR

O AGRONEGÓCIO E A CRISE NOS ESTADOS

MARCELO LEMOS DE MELO
Diretor jurídico da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

UMA NOVA medida do governo de Mato Grosso para aumentar a arrecadação de impostos está tirando o sono dos produtores da região. O estado alterou a Lei Estadual nº 7.263, responsável pela criação do Fundo Estadual de Transporte e Habitação (FETHAB), impondo aumentos expressivos na alíquota dessa contribuição aos setores produtivos de soja, carne, algodão, milho, entre outras culturas. Ao transferir exclusivamente ao setor agropecuário o ônus de pagar pelos rombos nas finanças do estado, o governo coloca em risco a produção e compromete a competitividade dos produtores mato-grossenses.

Vinculado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra), o FETHAB foi criado pelo governo do estado, em 2000, para ser destinado à construção e à manutenção da infraestrutura rodoviária. Na prática, porém, o que se sabe é que os recursos vêm sendo utilizados basicamente para pagar salários, financiamentos e outras despesas. Para piorar, Mato Grosso vive, hoje, sérios problemas de infraestrutura que dificultam a logística para o escoamento da produção: não há estradas de ferro, faltam boas rotas fluviais e algumas estradas seguem precárias.

Para os produtores de Mato Grosso, o mínimo necessário seria visualizar o retorno dos recursos nos serviços essenciais que competem ao estado, uma vez que já contribuem consideravelmente para a economia do estado com a força da sua produção e a arrecadação de impostos. Segundo dados do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA), o governo pode arrecadar, neste ano, R$ 897,36 milhões do setor de soja, representando um aumento de 19% em relação ao ano passado. No algodão, o salto previsto chega a 454%, e, na bovinocultura de corte, 17,81%. O volume total que o governo pretende arrecadar em 2019 com os setores de soja, milho, algodão, gado e madeira somados é de R$ 1,47 bilhão, ante R$ 971,98 milhões em 2018.

Deixar de contribuir com o FETHAB configura crime contra a ordem tributária. A inadimplência leva os produtores a terem suas dívidas fiscais inscritas no Sistema de Conta Corrente Fiscal da Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso (SEFAZ), o que os deixa sujeitos à inscrição dos débitos em dívida ativa (execução judicial). Além disso, ficam sujeitos a perder o registro especial de exportação e a isenção do ICMS, hoje assegurada pela Lei Kandir.

A SRB está criando um Grupo de Trabalho (GT) dentro do seu Comitê Tributário para verificar a melhor forma de debater os impactos negativos da medida com lideranças dos poderes Executivo e Legislativo de Mato Grosso, além de, eventualmente, reunir argumentos jurídicos para atacar o impasse na Justiça. Nossa principal preocupação, no momento, é que o exemplo seja seguido por outros estados que possuem fundos semelhantes ao FETHAB, como Mato Grosso do Sul, Goiás e Rondônia.

Na nossa visão, a atual estrutura legislativa de impostos, taxas e outras contribuições é o que melhor explica o atual rombo na finança dos estados. Precisamos atacar de frente o atual sistema tributário, hoje defasado, ineficiente e em descompasso com o desenvolvimento do setor. Só avançaremos no debate da reforma quando o País entender o peso e a importância do agro para o seu desenvolvimento. ■



OPINIÃO

PORTAS ABERTAS PARA OS INVESTIMENTOS

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA
Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

O DEBATE sobre o fim de medidas *antidumping* contra o leite em pó importado da União Europeia e da Nova Zelândia mostrou que a modernização do Brasil e a sua liberalização econômica precisam ser discutidas de forma urgente e organizada. Isso demonstra que a pauta liberal é complexa e exigirá habilidade dos governantes para mostrar aos agentes políticos e econômicos e aos empresários a chance de fazer um Brasil moderno e com oportunidades a todos. No entanto, todo ganho é acompanhado por custos.

É preciso abrir o Brasil para o mundo (das grandes economias, somos a mais fechada), mas de forma racional, planejada e com ganhos de produtividade transparentes. A proteção dos produtores e das empresas locais não deve ser o objetivo de uma boa política pública, e sim a promoção da competitividade. É importante melhorar a regulação e as exigências burocráticas para as empresas e os produtores rurais que já operam no Brasil, para que a competição com outros países seja equilibrada e que haja condições de vencer sem qualquer "muleta" do Estado.



O País precisa modernizar-se com inovação, mas sem aventuras e experimentalismos. E fará isso começando pela simplificação tributária e regulatória e apresentando um "*road map*" das alterações estruturais pretendidas, com datas e o devido plano de contingência. A agropecuária tem ciclo longo e alto capital investido e se insere em mercados nacionais e internacionais com distorções e imperfeições. Uma simples mudança por mudança pode levar a grandes prejuízos para o setor-base da fragilizada economia brasileira.

No estado de São Paulo, iniciamos um trabalho combinando planejamento e ações concretas que buscam novos investimentos e investidores e, ao mesmo tempo, reduzem burocracia e imposto para quem já está aqui.

A eliminação do ICMS de 18% que penalizava a cadeia de hortifrúti foi a resposta, em menos de trinta dias do governo João Doria, à luta dos produtores rurais de São Paulo, com a mensagem clara de que o governo existe para ajudar os cidadãos a se fortalecerem e se estruturarem para competir em um ambiente mais exigente, que busca padronização, qualidade, menos desperdício e mais eficiência logística e que está ligado a mercados modernos e competitivos.

Foi com esse objetivo que, também em janeiro, o governo de São Paulo mostrou as oportunidades de investimento para o mundo em Davos, na Suíça, durante o Fórum Econômico Mundial. O objetivo foi atrair investidores internacionais, mostrando que temos um vigoroso programa de desestatização e modernização em São Paulo.

A agricultura paulista representa 20% do Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro, além de concentrar 36% da produção industrial do País. Na área de tecnologia e inovação, São Paulo possui oito centros de inovação – sendo seis ligados ao agronegócio –, doze parques tecnológicos e treze incubadoras de *start-ups*, além das melhores universidades do Brasil.

Temos muitos atributos necessários para transformar o Brasil em um dos melhores países para se viver e produzir, mas o principal fator para concretizar esse potencial em potência é reconhecermos que o modelo que nos trouxe até aqui não será aquele que nos fortalecerá para os desafios do século XXI. É a hora de mudar, e de enfrentar o desafio e o desconforto da mudança. ■

REFLEXÃO

MODELO SUSTENTÁVEL PARA A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

MARCELLO BRITO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

O NOVO governo começa a sua gestão diante de um cenário macroeconômico estável e até, digamos, favorável. Entre os analistas, há um quadro de previsibilidade consensual muito grande. Isso aconteceu poucas vezes nos últimos anos, nos quais o País atravessou uma crise econômica inédita.

Podemos tomar alguns exemplos relevantes. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medidor da nossa taxa de inflação, fechou 2018 em 3,75%, com centro da meta de 4,00% para este ano. O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central manteve, em fevereiro último, pela sétima vez consecutiva, a taxa de referência Selic em 6,5%. A balança comercial, sustentada muito pelo desempenho do agronegócio, deve seguir positiva. Para o Produto Interno Bruto (PIB), apesar de uma projeção baixa, de 1,5% a 2,0%, pelo menos andamos para frente.

Caso não tenhamos surpresas, como a greve dos caminhoneiros e o choque nos preços dos fretes rodoviários de 2018, o quadro parece estar desenhado. Os próximos passos dependerão bastante da qualidade e da velocidade com que as reformas serão aprovadas no Congresso Nacional. Insustentável, o déficit fiscal existente nas contas governamentais do País precisa de urgente correção, a começar pela previdência. Esse processo ditará a volatilidade do dólar e das ações de empresas nas bolsas.

Certamente, todos os setores econômicos – agricultura, indústria, comércio e serviços, entre outros – terão de dar a sua cota de contribuição nessa grande negociação. Ninguém passará incólume.

Quando olhamos especificamente para o agro, as estatísticas brasileiras apontam para cifras e produções promissoras para os próximos anos, mas enfrentaremos desafios enormes tanto do ponto de vista interno, como do externo, para alcançar esses resultados. Então, temos, de início, de entender que, no mundo, a agropecuária, dada a sua importância para com a segurança alimentar das populações, recebe um tratamento especial em decorrência das suas peculiaridades.

No caso do Brasil, em particular, precisamos encarar essa questão com a máxima atenção, pela sua potencialidade e pela expressão conquistada nas últimas décadas nesse setor. Trata-se de uma atividade atrelada ao meio ambiente, tema cada vez mais sensível nos quatro cantos do Planeta. Se quisermos ser e permanecer como grandes fornecedores globais de alimentos, fibras e energias renováveis, teremos de colocar essa questão na nossa pauta de prioridades.

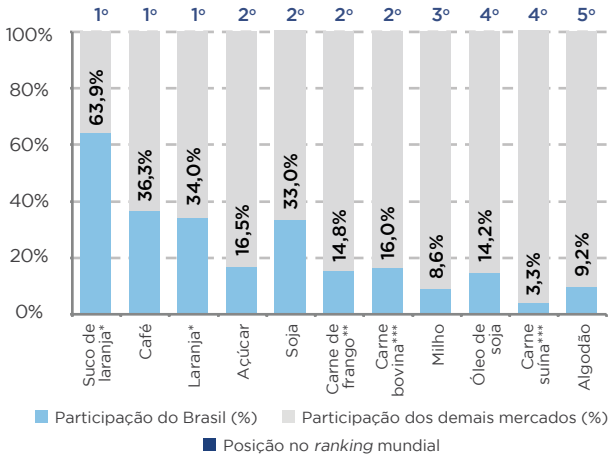
O zelo na área ambiental significa, hoje, geração de valor para as produções agropecuária e florestal. Seremos sempre cobrados com mais intensidade sobre como desenvolvemos os nossos processos produtivos. O cumprimento da rastreabilidade e a apresentação de certificados de reconhecimento internacional servem como porta de acesso aos mercados mais exigentes e de referência para expandirmos o nosso comércio.

Caso as nossas políticas públicas sejam orientadas no escopo ambiental, poderemos atrair grandes investimentos de fora. O nosso agronegócio carece de obras, grandes e caras, principalmente nas áreas de infraestrutura e logística, para ganhar a necessária competitividade. Temos de intensificá-lo com um modelo sustentável. ■



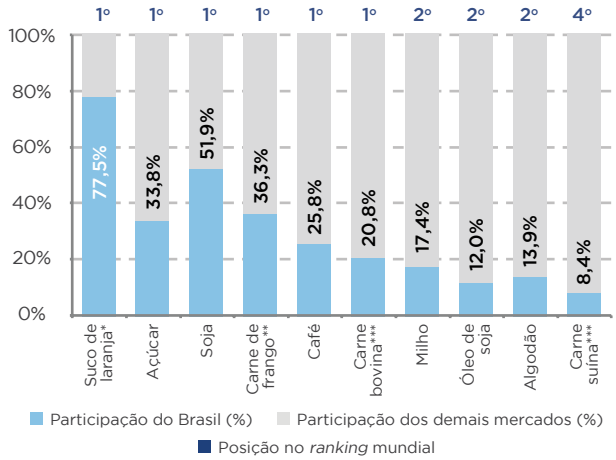
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2018/19



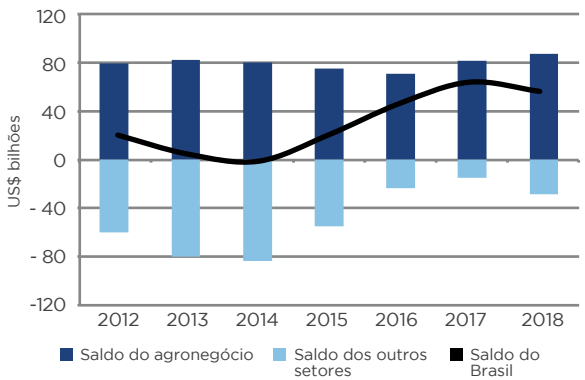
*2017/18; **2018; ***2019
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2018/19



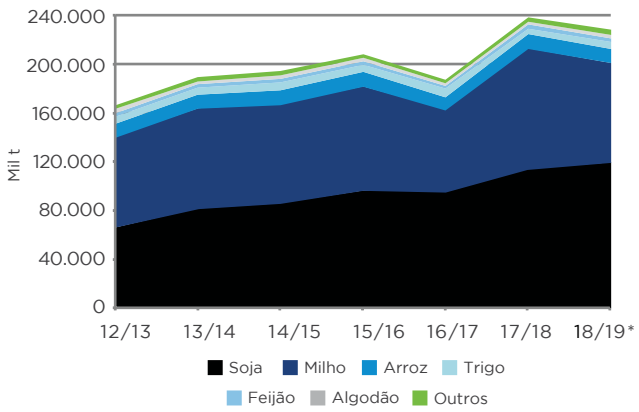
*2017/18; **2018; ***2019
Fonte: USDA; CNA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



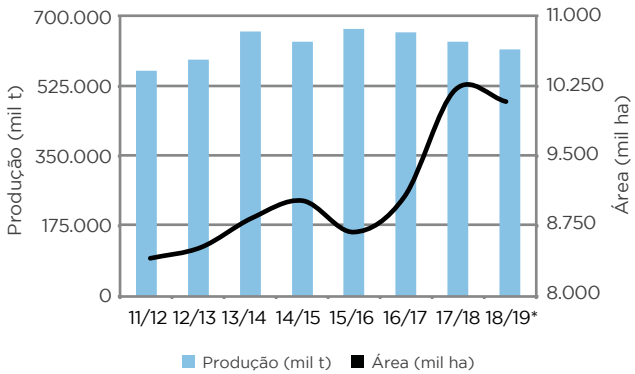
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS POR PRODUTO



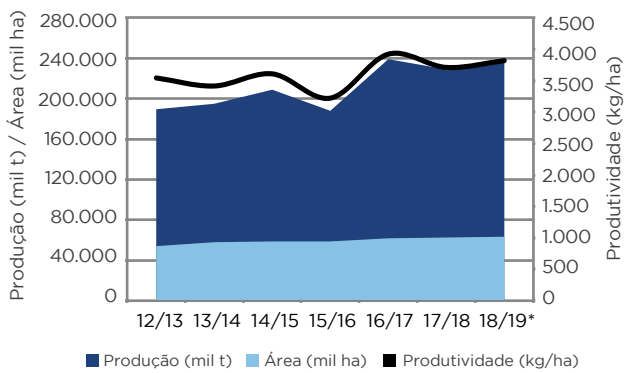
*Previsão em janeiro de 2019
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



*Previsão em fevereiro de 2019
Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



*Previsão em janeiro de 2019
Fonte: Conab

AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

A união do alto desempenho com a conservação ambiental

Clima e solos diversificados, o uso cada vez maior de tecnologias de ponta e total aproveitamento de biomassa. Estes são alguns dos fatores que garantem ao Brasil sua liderança como fornecedor de alimentos, fibras e outras matérias-primas para o mundo.

O agronegócio brasileiro desempenha um papel decisivo na economia do País. Atua de forma sustentável com competitividade e constante aperfeiçoamento tecnológico, o resultado se vê no aumento da produção, sem importante impacto na fronteira agrícola.

A Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) é um canal de comunicação estratégico, fortalece as cadeias produtivas e dissemina o relevante papel do agronegócio brasileiro e dos seus elos produtivos para os diversos setores da sociedade.



25 anos abag

www.abag.com.br

FGV PROJETOS

A FGV PROJETOS, UNIDADE DE ASSESSORIA TÉCNICA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, EM PARCERIA COM O CENTRO DE AGRONEGÓCIOS DA FGV (GV AGRO), DESENVOLVE PROJETOS EM AGRONEGÓCIO NO BRASIL E EM 15 PAÍSES NO EXTERIOR.

- ESTUDOS E PESQUISAS
- ESTRATÉGIAS DE CRESCIMENTO
- GESTÃO PARA REDUÇÃO DE CUSTOS
- ANÁLISE DE MERCADO E DE CADEIAS PRODUTIVAS
- ADEQUAÇÃO AO MEIO AMBIENTE E AO CÓDIGO FLORESTAL

NOSSAS SOLUÇÕES SÃO PLANEJADAS PARA ATENDER ÀS DEMANDAS ESPECÍFICAS DE CADA ORGANIZAÇÃO

Projetos desenvolvidos para:

BID, VALE, Fibria, UNICA, ABC Agência Brasileira de Cooperação, Ministério das Relações Exteriores, Governo Federal, Brasil

CONTATO:
(21) 3799-6039
DEMANDAS.FGVPROJETOS@FGV.BR
WWW.FGVPROJETOS.FGV.BR

FGV THINK AGRO
Think Tank do Agronegócio Brasileiro